
Érika de Lima Veronezi Costa

A internacionalização da Universidade de São Paulo: uma
análise do processo nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto

Monografia apresentada ao Programa de Educação
Continuada em Engenharia da Escola Politécnica
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Especialista em Gestão e Tecnologias da
Qualidade.

São Paulo
2008

Érika de Lima Veronezi Costa

A internacionalização da Universidade de São Paulo: uma
análise do processo nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto

Monografia apresentada ao Programa de Educação
Continuada em Engenharia da Escola Politécnica
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Especialista em Gestão e Tecnologias da
Qualidade.

Área de concentração: Gestão e Tecnologias da
Qualidade

Orientador: Prof. Titular Dante Pinheiro Martinelli

São Paulo
2008

À minha família, em especial ao meu marido e
aos meus filhos Guilherme e Théo, pelo amor e
compreensão de todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me acompanhado todos os dias, auxiliando-me a persistir em escrever esta monografia.

Agradeço ao meu grande amado, Eric e aos meus filhos, Guilherme – no auge da energia que seus três anos e quatro meses proporcionam — e Théo – que nascerá daqui a três semanas – por terem compartilhado esta fase de muita reflexão e esforço para concluir mais um passo importante em minha vida.

Acredito que agradecer à minha família e aos meus amigos não seria o bastante, peço, então, a Deus que lhes recompense com muita saúde por terem cuidado, com tanto amor, de meu filho, enquanto eu me concentrava para concluir este trabalho.

Ao meu orientador, pois, se não fosse em virtude de sua imensa sabedoria e compreensão, eu não teria nem começado a acreditar neste trabalho.

*“Bom mesmo é ir a luta com determinação,
abraçar a vida e viver com paixão,
perder com classe e vencer com ousadia,
porque o mundo pertence a quem se atreve
e a vida é muito para ser insignificante”.*
(Chaplin)

RESUMO

A Universidade de São Paulo (USP) tem o objetivo de ampliar suas relações internacionais, no que concerne aos convênios firmados, intercâmbios de seus professores e alunos com universidades estrangeiras, bem como demais atividades de internacionalização. Este projeto tem como objetivo estabelecer um diagnóstico da situação atual deste processo nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto e propor medidas para aprimorá-lo. O presente estudo será dividido em duas partes: uma fase teórica, composta por levantamento bibliográfico, e uma fase exploratória, desenvolvida por meio de pesquisas de campo nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto, com a finalidade de explorar, de forma descritiva, os seus processos de internacionalização. Pretende-se identificar em que etapa encontra-se o processo nestas Unidades, se há dificuldades em seu desenvolvimento e quais são as melhores práticas realizadas neste tipo de processo.

Palavras-chave: convênios internacionais, internacionalização; intercâmbio.

ABSTRACT

One of the purposes of the Universidade de São Paulo (USP) is to amplify its international relations, concerning the covenants settled, exchange of teachers and students with foreign universities, as well as other internationalization activities. The present project aimed to establish a diagnosis of the current situation of this process in Ribeirão Preto *Campus* Units and propose means to improve it. This study will be divided in two parts: a teoric phase, composed by a bibliografic raising, and an exploration phase, developed through field researches in the Ribeirão Preto *Campus* Units, with the propose of explore, in a descritive way, its internacionalization processes. This research intend to identify in which phase are the processes in each Unit, if there are difficulties on their development and which are the better practices realized in this kind of process.

Key-words: international covenants, internationalization, exchange

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Acordos internacionais da CAPES.....	53
Quadro 2 - Dados Gerais das Unidades de Ensino do <i>Campus</i> de Ribeirão Preto – 2008.....	75
Quadro 3 – Relação dos entrevistados – Unidades do <i>Campus</i> de Ribeirão Preto.....	77

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado nas Unidades do <i>Campus</i> de Ribeirão Preto.....	117
Anexo 2 – Resolução CRInt - Unidades.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSP	Estágio/Treinamento no Exterior (CNPq)
CAPEE	Centro de Apoio ao Professor e ao Estudante Estrangeiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCInt	Comissão de Cooperação Internacional
CEIQ	Centro de Ensino Integrado de Química
CESESP	Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo
CIDRA	Centro de Instrumentação, Dosimetria e Radioproteção
CIEDEF	Centro Integrado de Estudos de Deformidades da Face
CINDEDI	Centro Brasileiro de Investigações sobre o Desenvolvimento e Educação Infantil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COM.VIVER	Centro de Informação e Convivência
CPA	Centro de Psicologia Aplicada
CPG	Comissão de Pós-Graduação
CRInt	Comissão de Relações Internacionais - Unidades
EERP	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
ESN	Estágio Sênior (CNPq)
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCFRP	Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FEARP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
FMRP	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
FORP	Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
GDE	Doutorado no Exterior (CNPq)
L@ife	Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAEX	Programa de Apoio a Eventos no Exterior
PDE	Pós-Doutorado no Exterior (CNPq)
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
Pró-Int	Programa de Apoio à Internacionalização da Graduação
SMAD	Revista Saúde Mental, Álcool e Drogas
SPE	Treinamento no Exterior (CNPq)
SWE	Doutorado Sanduíche no Exterior (CNPq)
UNISA	<i>University of South Austrália</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. OBJETIVOS.....	19
1.2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	21
1.3. METODOLOGIA.....	22
1.3.1. Procedimento da coleta de dados.....	24
1.3.2. Procedimento da análise de dados.....	25
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1. INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	28
2.2. GLOBALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	32
2.3. INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS.....	35
3. INCENTIVO DA REITORIA DA USP.....	40
3.1. Programa de Apoio à Internacionalização da Graduação.....	41
3.2. Modalidades de Apoio à Internacionalização da Pró-Reitoria de Pós-Graduação.....	42
3.3. Normas para concessão de Auxílio Financeiro Complementar – CCInt.....	49
4. INCENTIVO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO.....	51
4.1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)..	52
4.2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).	56
4.3. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).....	58
5. HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES DO CAMPUS RIBEIRÃO PRETO.....	60
5.1. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.....	61
5.2. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto.	63
5.3. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto.....	65
5.4. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.....	68
5.5. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.....	70
5.6. Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto.....	73
6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	76
6.1. Entrevistas.....	77
6.2. Tópicos da pesquisa qualitativa do questionário.....	78
6.2.1. Tempo médio para aprovação dos convênios.....	78
6.2.2. Informações básicas dos cursos oferecidos pelas Unidades, nas línguas inglesa e espanhola, em suas páginas eletrônicas, <i>folders</i> e <i>cartazes</i> .	79
6.2.3. Informações sobre os convênios firmados pelas Unidades em suas páginas eletrônicas.....	80
6.2.4. Capacitação de fluência em outros idiomas dos funcionários da área acadêmica.....	81
6.2.5. Recursos financeiros para a evolução do processo de internacionalização nas Unidades.....	82

6.2.6. Dificuldades encontradas pelas Unidades no processo de internacionalização.....	83
6.2.7. Melhores práticas realizadas dentro e fora das Unidades para evoluir no processo de internacionalização.....	84
6.2.8. Planejamento das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização.....	85
6.2.9. Sugestões das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização da USP como um todo.....	86
6.2.10. Avaliação que as Unidades mereceriam no aspecto internacionalização, segundo a percepção dos entrevistados.....	87
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	89
7.1. Tempo médio para cumprir todas as etapas da formalização dos convênios.....	91
7.2. Páginas eletrônicas, <i>folders</i> e <i>cartazes</i> com informações básicas dos cursos oferecidos e dos convênios em língua inglesa e espanhola.....	92
7.3. Capacitação de fluência em outros idiomas dos funcionários da área acadêmica.....	93
7.4. Recursos financeiros para a evolução do processo de internacionalização nas Unidades.....	95
7.5. Dificuldades encontradas pelas Unidades no processo de internacionalização.....	96
7.6. Melhores práticas realizadas dentro e fora das Unidades para evoluir no processo de internacionalização.....	98
7.7. Planejamento das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização.....	100
7.8. Sugestões das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização da USP como um todo.....	101
7.9. Avaliação que as Unidades mereceriam no aspecto internacionalização, segundo a percepção dos entrevistados.....	103
8. CONCLUSÕES.....	105
9. BIBLIOGRAFIA.....	112

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

A Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1934, através do decreto estadual nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, por decisão do governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, num contexto marcado por importantes transformações sociais, políticas e culturais.

Atualmente, a USP possui 40 Unidades de ensino e pesquisa, e 38 órgãos centrais de direção e serviço, institutos especializados, hospitais e serviços anexos, museus, e órgãos externos a ela vinculados, distribuídos em seis *Campi*: um em São Paulo, capital, e cinco no interior do estado, nas cidades de Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos, cuja área territorial total é de 76.799.555 m².

O *Campus* de Ribeirão Preto possui uma área de 240 alqueires, que comporta oito Unidades de ensino e o Departamento de Música, como extensão da Escola de Comunicação e Artes – São Paulo, com 5626 alunos de graduação e 2.798 alunos de pós-graduação, 840 professores e 1.764 funcionários, conforme dados informados pelas Unidades. O *Campus* da USP Ribeirão Preto detém 5% da produção científico-brasileira em revistas indexadas; possui a maior Biblioteca integrada de ciências do país e um dos maiores e melhores hospitais públicos da América Latina, o Hospital das Clínicas.

A pós-graduação permite à Universidade de São Paulo manter – somada a outras formas de pesquisa – cerca de 28% da produção científica brasileira que, em 2006, ocupava a 15ª posição mundial. São 230 programas (cerca de 10% dos cursos oferecidos no Brasil) e 22 mil alunos.

Responsáveis pela formação de mais de dois mil doutores por ano – 25% do total nacional – número superior aos das melhores universidades norte-americanas e da América Latina – 20% dos programas da USP foram classificados como “excelentes” pela última avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão ligado ao Ministério da Educação.

O talento e dedicação dos docentes, alunos e funcionários da USP têm sido reconhecidos por diferentes *rankings* mundiais, criados com a finalidade de mensurar a qualidade das universidades a partir de diversos critérios, sobretudo àqueles relacionados à produtividade científica.

Atualmente, os *rankings* mais importantes são os do *Institute of Higher Education Shanghai Jiao Tong University*, criado em 2003, e o do *The Times* (2004). Na última edição do *Shanghai University* (2007), que classifica as 500 melhores universidades do mundo, a USP ficou na 128ª posição. O índice do *The Times*, formado pelas 200 instituições acadêmicas de maior relevância mundial, apontou a Universidade de São Paulo no 175º lugar.

O *2007 Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities*, do *Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan*, que também classifica as 500 melhores instituições de ensino e pesquisa do mundo, atribuiu à USP a 94ª posição. A instituição é a primeira colocada, nesse ranking, entre as universidades latino-americanas. Para chegar a esse resultado, o *Council of Taiwan* analisou dados obtidos a partir do *Science Citation Index* (SCI) e do *Social Sciences Citation Index* (SSCI).

Em outra classificação, também considerada importante pela comunidade científica mundial, o *Webometrics Ranking of World Universities*, a Universidade alcançou

resultado semelhante, ficando na 97ª posição. No entanto, ao serem considerados apenas os critérios de produtividade científica, a instituição ascendeu à 47ª posição.

Esse desempenho, gerado ao longo de quase 75 anos de uma intensa busca pela excelência, permite à USP integrar um seleto grupo de instituições de padrão mundial. Sua graduação é formada por 229 cursos, dedicados a todas as áreas do conhecimento, distribuídos em 40 Unidades e oferecidos a quase 56 mil alunos, conforme publicado na página eletrônica da Universidade, em abril de 2008.

Diante do apresentado, compreende-se que internacionalização consiste em um processo que beneficia diretamente as relações da Universidade com as melhores universidades do mundo, contribuindo para a troca de informações, de cultura e, ainda, facilitando as pesquisas conjuntas entre países diferentes. Esse processo pode ser uma das ferramentas para a manutenção e ascensão da Universidade de São Paulo no cenário científico mundial.

Um dos exemplos práticos dos benefícios do citado processo são os projetos de pesquisas que tenham a participação de pesquisadores e estudantes de diferentes países. A diversidade de opiniões e a pluralidade cultural beneficiam a excelência na pesquisa, demonstrando as vantagens do processo de internacionalização e sua contribuição para a valorização do conhecimento e a abertura de discussão entre as universidades envolvidas.

“[...] A universidade traz, desde o início, essa internacionalidade caracterizada tanto por seus membros, mestres e estudantes virem de muitos países, como pelo fato de a ciência representar uma atividade sem fronteiras nacionais.” (MOTOYAMA, 2004, p. 23).

Partindo do princípio de que o conhecimento não respeita fronteiras geográficas ou culturais, a internacionalização propicia a troca de informações aos alunos e professores,

inclusive possibilitando-os a vivenciarem culturas diferentes, de modo a ampliar seus horizontes.

Nesse sentido, a USP tem incentivado seus professores e alunos a participarem de eventos científicos internacionais, firmando convênios internacionais, que possam resultar em pesquisas de alto nível de qualidade e, assim, expandir sua rede de relacionamentos.

As maiores companhias do mundo estão em fluxo. Novas pressões transformaram o jogo da competitividade global, forçando-as a repensar seus métodos tradicionais de estratégia mundial. As novas estratégias, por sua vez, levantaram questões sobre a adequação das estruturas e processos organizacionais usados no gerenciamento das operações mundiais. (BARLETT; GHOSHAL, 1992, p. 3).

Desde sua criação, a Universidade tem a internacionalização como uma de suas metas e, com o passar dos anos, seus dirigentes têm incentivado seus professores e alunos a se relacionarem com universidades estrangeiras, justamente por perceberem que a Universidade teria que se empenhar para garantir seu espaço no contexto mundial.

A USP vem trabalhando para alavancar o número de convênios de intercâmbio firmados, bem como para proporcionar auxílio financeiro a professores e alunos em suas participações em eventos científicos no exterior.

Através da observação do desenvolvimento desse processo, impulsionado pela necessidade de tornar a USP mais competitiva internacionalmente, apreende-se o quão benéfica pode ser a solicitação de uma consultoria externa, que poderia, por meio da coleta de informações precisas e imparciais sobre o processo de internacionalização em suas Unidades, elaborar um plano de metas.

Ainda que o dito processo seja relevante, é preciso tomar cuidado com a empolgação da chamada “globalização”, como já ocorrido em décadas anteriores.

À medida que o turbulento ambiente competitivo internacional dos anos 70 adentrou a década seguinte, desencadeou-se uma onda de estudos, relatórios e recomendações dizendo aos administradores como administrar suas empresas de modo mais eficaz no novo ambiente “global”. Alguns dos conselhos eram sérios e cuidadosamente elaborados, mas como toda novidade, a “globalização” logo se tornou um termo em busca de definição. (BARLETT; GHOSHAL, 1992, p. 26).

Num ambiente globalizado, as diferenças entre os concorrentes não podem ser muito grandes ou o mercado não seria tão competitivo. Dessa forma, as companhias devem estar atentas às constantes mudanças que o mundo globalizado traz. “Assim a competição em geral passava a ser em torno da capacidade que as companhias tinham de sentir as novas tendências, desenvolver respostas criativas e difundir suas inovações em todo o mundo – capacidade de aprendizagem mundial.” (BARLETT; GHOSHAL, 1992, p. 91).

Essas premissas podem ser aplicadas, ainda, fora do âmbito empresarial. Percebe-se existir uma competição acirrada entre as universidades estrangeiras, o que, conseqüentemente, pressiona a comunidade *uspiana* a elevar tanto a quantidade como a qualidade de suas publicações internacionais. Dessa forma, para viabilizar a participação dos professores e alunos da USP em eventos científicos e estágios no exterior, estes solicitam recursos junto às agências de fomento e à própria Universidade.

Para justificar ainda a importância do presente estudo, podemos verificar que a participação e competitividade internacional são preocupações de diversas e importantes universidades pelo mundo. A exemplo disso, observa-se a divulgação periódica, pela *University of South Australia* – UNISA, de seus planos estratégicos para melhorar seu desempenho, inclusive no âmbito internacional:

O compromisso a longo prazo da Universidade com a internacionalização é refletido em documentos e em processos do núcleo. Nos documentos publicados a Universidade empreendeu a preparação de seus graduados com perspectivas internacionais, a diversidade do seu corpo discente com o recrutamento de estudantes domésticos e internacionais de uma variedade de fundos cultural e lingüístico. (UNISA, 2006).¹

¹ Disponível no site (Junho/2007): <<http://www.unisanet.unisa.edu.au/learningconnection/staff/framework/default.asp>>

Assim sendo, reiteramos o objetivo deste trabalho, que é analisar o processo de internacionalização das Unidades do *Campus* Ribeirão Preto, listadas abaixo:

1. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto;
2. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto;
3. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto;
4. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto;
5. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e
6. Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto.

Cabe ressaltar, no entanto, que neste estudo, não foram considerados:

1. Departamento de Música de Ribeirão Preto, vinculado à Escola de Comunicação e Artes de São Paulo, por não praticarem ações de internacionalização, conforme informado pelo próprio Departamento;
2. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, criada em março de 2007; e
3. Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, criada em novembro de 2007.

Diante da análise dos processos de internacionalização das Unidades do *Campus* de Ribeirão Preto, pretende-se apontar as iniciativas que poderiam ser tomadas pelos dirigentes da USP, a fim de aprimorar a posição da Universidade como um todo no cenário mundial. Dessa forma, a pergunta que orienta essa pesquisa é:

Quais são as iniciativas que as Unidades do *Campus* Ribeirão Preto poderiam tomar para aprimorar seus processos de internacionalização?

1.1. OBJETIVOS

Inicialmente, esse estudo previa, sobretudo, a análise de alguns indicadores, a fim de comparar o desempenho das Unidades do *Campus* de Ribeirão Preto quanto à internacionalização:

- número de contratos de convênios internacionais firmados e o tempo médio para que o convênio esteja totalmente legalizado;
- número de intercâmbios realizados pelas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto, por meio dos convênios firmados pela própria Unidade ou pela Comissão de Cooperação Internacional (CCInt);
- número de bolsas-sanduíche concedidas por agências de fomento às Unidades de 2005 a 2007;

Posteriormente, este projeto passou a ter, como objetivo geral, o desenvolvimento de um diagnóstico da situação atual do processo de internacionalização nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto e propor medidas para aprimorar suas atividades neste âmbito.

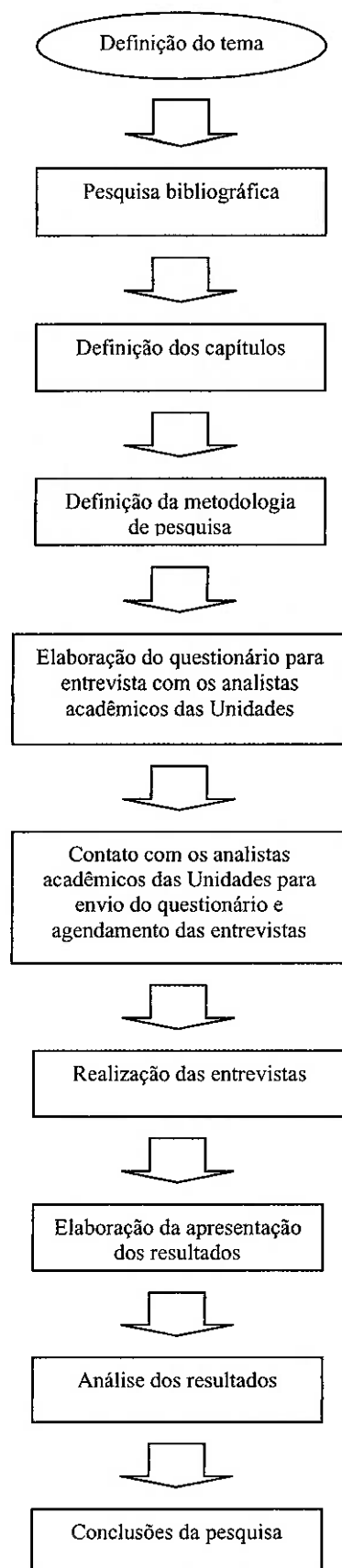
Com essa finalidade, serão analisadas as informações qualitativas das Unidades do *Campus* Ribeirão Preto quanto ao citado processo. As informações específicas analisadas por esta pesquisa são:

- a partir da aprovação do convênio, qual o tempo médio para serem cumpridas todas as etapas da sua formalização;
- as informações básicas dos cursos oferecidos pelas Unidades, que estão dispostas nas línguas inglesa e espanhola em suas páginas eletrônicas, *folders* e cartazes;

- a capacitação de fluência em outros idiomas dos funcionários da área acadêmica;
- os recursos financeiros das Unidades e da Reitoria investidos nas atividades ligadas ao processo (financiamento de viagens de professores e alunos para participação em eventos científicos no exterior, treinamento de funcionários para língua inglesa e espanhola, entre outras);
- dificuldades encontradas pelas Unidades nos seus processos de internacionalização;
- melhores práticas realizadas dentro e fora de suas Unidades com este objetivo;
- planejamento das Unidades para o aprimoramento do seu desempenho no cenário internacional;
- sugestões das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização em toda a universidade;
- avaliação cabível às Unidades quanto a seu desenvolvimento no aspecto da internacionalização, segundo a percepção dos entrevistados.

Para concluir, através da análise dos dados obtidos, pretende-se propor medidas que possam auxiliar no aprimoramento do processo de internacionalização das Unidades do *Campus* Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

1.2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO



1.3. METODOLOGIA

Partindo do princípio de que não há razões convincentes para nos tornarmos *pollsters* (pessoas que conduzem pesquisas de opinião), nem tampouco *focusers* (pessoas que realizam pesquisas com grupos focais), esse trabalho pretendia, inicialmente, realizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa com os analistas acadêmicos das Unidades do *Campus* Ribeirão Preto, focando compreender o andamento do processo de internacionalização nestas unidades.

Contudo, conforme informado pelos entrevistados, em virtude de que, na maior parte das Unidades, as informações referentes ao número de convênios firmados, bolsas e auxílios concedidos para atividades de professores e alunos no exterior não estarem organizadas em um sistema que possa ser facilmente consultado, a pesquisa quantitativa apresentaria apenas resultados parciais, não contribuindo para a sua conclusão, razão pela qual o presente estudo não apresentará esta análise.

É correto afirmar, segundo Bauer e Gaskell (2002, p.23), que “a maior parte da pesquisa quantitativa está centrada ao redor do levantamento de dados (*survey*) e de questionários, apoiada pelo SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) e pelo SAS (*Statistics for Social Sciences*) como programas padrões de análise estatística.” No entanto, é incorreto afirmar que a pesquisa quantitativa chega a suas conclusões automaticamente, uma vez que é preciso enfrentar as questões relativas à interpretação. Não obstante, o entusiasmo recente pela pesquisa qualitativa conseguiu mudar, com sucesso, a simples equiparação da pesquisa social com a metodologia quantitativa.

Ainda na visão de Bauer e Gaskell (2002, p. 32), “um objetivo importante para o pesquisador qualitativo é que ele possa tornar-se capaz de ver ‘através dos olhos daqueles que

estão sendo pesquisados' (Bryman, 1988:61)". Tal enfoque defende a necessidade de compreensão das interpretações que os atores sociais possuem do mundo, pois são estes que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social. Embora isso seja certamente verdadeiro, não se conclui que o resultado seja, necessariamente, uma produção crítica. Haguette (1987, p. 55) argumenta que:

Enquanto os quantitativistas justificam seu uso sob o argumento de impossibilidade de geração de dados estatísticos ou por razões de custo ou rapidez na pesquisa (Boudon, 1971, Lazarsfeld, 1969), os qualitativistas afirmam seja a superioridade do método que fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais [...] Entrementes, os dois estão acordes sobre o tipo de método mais adequado para cada tipo de objeto de estudo: os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Antes de iniciar o contato com as Unidades, esse trabalho pretendia utilizar-se, prioritariamente, de dados quantitativos, que pudessem comparar o desempenho das Unidades no processo de internacionalização. A pesquisa qualitativa se restringiria apenas aos dados oportunos para análise das situações vividas e possíveis dificuldades encontradas pelas Unidades do *Campus* de Ribeirão Preto. No entanto, após coletar somente as informações qualitativas na maioria das Unidades, esse trabalho tratar-se-á apenas da análise da situação atual do processo de internacionalização, elucidada pelos dados coletados.

Para Leitão (2005, p. 48):

O que caracteriza um estudo qualitativo é o fato de não ter como objetivo principal enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumental estatístico na análise de dados. Ao contrário, o estudo envolve a obtenção de dados descritos por pessoas, assim como a análise de lugares e processos interativos por contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando entender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos. Isso implica certo grau de subjetividade, percepção compartilhada também por outros autores.

Portanto, com base nas premissas teóricas citadas e a coleta de dados junto aos pesquisados, acredita-se que os dados qualitativos da pesquisa e opiniões expressas pelos funcionários que lidam com os processos de internacionalização nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto são suficientes e essenciais para a análise dos dados neste trabalho.

1.3.1. Procedimento da coleta de dados

1) Elaboração do questionário, dividido em duas partes:

- Parte A, composta por nove questões, elaborada com a finalidade de analisar os indicadores numéricos de qualidade nos processos de internacionalização realizados nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto. Pretendia-se que esta fosse respondida antes da entrevista;
- Parte B, com dez questões, objetivava explorar a visão geral e prática dos analistas acadêmicos frente aos processos de internacionalização das Unidades do *Campus* Ribeirão Preto. De uma forma geral, os analistas acadêmicos interagem efetivamente com este processo em suas Unidades. Assim sendo, estes poderiam contribuir na identificação de dificuldades e melhores práticas. Pretende-se fazer o registro de todas as entrevistas, por meio de um gravador, com o consentimento dos entrevistados.

2) Contato com os analistas acadêmicos das seguintes Unidades do *Campus* Ribeirão Preto:

1. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto;
2. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto;
3. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto;
4. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto;
5. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e
6. Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto.

Conforme anteriormente mencionado, não foram considerados: o Departamento de Música de Ribeirão Preto, vinculado à Escola de Comunicação e Artes de São Paulo, por não praticarem ações de internacionalização; a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e a Escola

de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, criadas em março e em novembro de 2007, respectivamente.

3) Envio do questionário completo, por *e-mail*, a todos os analistas acadêmicos das seis Unidades a serem estudadas, citadas no item anterior. Pretendia-se que os analistas acadêmicos respondessem as questões da parte A antes do dia agendado para a entrevista, e que as questões da parte B fossem respondidas pessoalmente durante a entrevista.

Cabe ressaltar que das seis Unidades que esse trabalho se propunha a estudar, apenas quatro se propuseram a responder a parte quantitativa. Seguem alguns problemas enfrentados na coleta das informações dessa pesquisa:

- a Analista Acadêmica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto não pôde agendar um horário para que fosse realizada a entrevista e, portanto, respondeu a parte A do questionário e as quatro primeiras perguntas da parte B, por *e-mail*;

- a Analista Acadêmica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto informou que, em sua unidade, os departamentos são independentes e, por isso, não teria as informações concentradas na área da Assistência Acadêmica. Nesse caso, as duas partes do questionário foram respondidas pela Secretária da Diretoria e enviadas por *e-mail*;

- a Analista Acadêmica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto encaminhou o questionário para que o Presidente da Comissão de Relações Internacionais de sua Unidade respondesse as questões que analisariam qualitativamente o assunto, com exceção da última pergunta, a respeito da avaliação que a sua unidade mereceria no aspecto da internacionalização.

1.3.2. Procedimento da análise de dados

1) Diante da dificuldade em obter os indicadores quantitativos, conforme anteriormente

exposto, na presente pesquisa, não foram analisadas as questões que compunham a parte A do questionário proposto, que exprimiria dados quantitativos. Ressalta-se, que sua aplicação pretendia demonstrar a evolução dos processos de internacionalização realizados nas Unidades do *Campus* Ribeirão Preto;

2) A parte B do questionário, composta por questões abertas, será analisada com foco nas informações que demonstrem os processos operacionais de internacionalização nas Unidades e alguns pontos cruciais para o desenvolvimento do processo, dentre os quais, dificuldades encontradas, melhores práticas e sugestões de aprimoramento dos processos de internacionalização.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

De acordo com Francis (1993)²:

A internacionalização é um processo que prepara a comunidade para a participação bem sucedida em um mundo cada vez mais interdependente. O processo deve abranger todas as facetas do sistema de instrução, promovendo habilidades compreensivas e tornando-se globais para ser eficaz e funcionar em um mundo diverso.

Destarte, apreende-se que o atual procedimento formal para a celebração de convênios entre a USP e universidades estrangeiras deve estar disponível para a sua comunidade. Para que o processo de internacionalização possa tornar-se tangível, devem estar disponíveis para os interessados informações quanto à legislação pertinente, bem como quais são os documentos necessários a serem apresentados, tanto para os professores e alunos que visitam universidades estrangeiras, como para os alunos e professores estrangeiros que chegam na USP. Com a disponibilização de informações, além de atribuir-se facilidade ao processo, tornaria possível o aprimoramento freqüente do mesmo.

Segundo Liddicoat (2004)³

A internacionalização do corpo de estudantes fica além da simples pergunta de como recrutar estudantes de fontes diversas. [...] O processo da internacionalização necessita tratar não somente dos estudantes que chegam recentemente de outros lugares, mas também dos estudantes locais que trazem sua própria língua, a cultura e a identidade ao contexto de aprendizagem e que necessita responder igualmente aos contextos culturais em que se encontram agora.

² Disponível no site (Junho/2007): < <http://www.bccie.bc.ca/bccie/Public/Internationalization.pdf>>

³ Disponível no site (Junho/2007):

<http://www.unisanet.unisa.edu.au/learningconnection/staff/practice/internationalisation/documents/FINAL_REPORT.pdf>

Desse modo, entende-se a amplitude do processo de internacionalização. As universidades, em geral, precisam repensar sobre o tratamento que tem sido dado aos alunos brasileiros, com toda sua diversidade cultural, bem como aos estudantes estrangeiros, com os quais a convivência pode acrescentar conhecimento e troca de informações. Na maioria das vezes, em razão da desatenção com esse aspecto, o universo cultural composto por essa pluralidade de sujeitos, perde-se no cotidiano, fazendo que pouco desse processo rico em informações seja aproveitado.

O problema de internacionalizar o curriculum é que permanece indefinido o significado de "internacional". Os documentos da política, dos governos e das universidades, tendem a afirmar a internacionalização sem defini-la e esta tende a ser vista como um resultado melhor que como um processo educativo. (LIDDICOAT, 2004).⁴

Sendo a internacionalização um processo educativo, conforme citação acima, e sabendo-se ser, além disso, fundamental para o crescimento da Universidade, é pertinente avaliar-se sobre o que seria internacionalizar a grade curricular dos cursos. Como exemplo, um ponto passível de discussão seria a importância de ministrarem-se aulas em inglês e de proporem-se disciplinas que contemplassem, em sua maioria, livros e artigos internacionais, como forma de ensinar os conceitos mais discutidos na atualidade.

É indiscutível, no entanto, que, para que o processo de internacionalização do ensino superior seja possível, tanto os professores como os funcionários devem se aperfeiçoar em termos de qualificação. A observação expõe que os professores, enquanto porta-vozes do conhecimento das universidades, constantemente se atualizam ao realizarem estágios no exterior e aprimoram suas pesquisas através do contato com pessoas do mundo todo. Os funcionários, no entanto, em sua maioria, não têm muitas oportunidades de se qualificarem nesse âmbito. Cabe à Universidade incentivar a qualificação de seus funcionários, a fim de possam recepcionar adequadamente os estrangeiros, assim como melhor atuarem na formalização dos convênios e na intermediação das atividades de internacionalização.

⁴ Disponível no site (Junho/2007):

<http://www.unisanet.unisa.edu.au/learningconnection/staff/practice/internationalisation/documents/FINAL_REPORT.pdf>

A noção de uma interdependência crescente de economias nacionais e de mercados tornou-se estabelecida o bastante para disseminar que os recursos humanos devem também ser qualificados e agir com sucesso num estágio internacional. Devido à crescente demanda de representantes de mercado e de instituições de ensino superior, perceberam então a necessidade de integrar línguas estrangeiras e cursos nas culturas estrangeiras, estruturas legais da política em curricula existentes. (REICHERT; WÄCHTER, 2000)⁵

Uma vez que as universidades têm dado maior importância à internacionalização, esta deveria ser parte integral do planejamento, implementação e avaliação do ensino superior. Para Leask (1999):

[...] o primeiro desafio para internacionalizar o currículo é por a política na prática - desenvolver os curricula que, na metodologia e no índice, são culturalmente inclusivos e que desenvolvem a consciência multi-cultural, assim como as habilidades culturais de uma comunicação e os objetivos específicos do conhecimento sejam apropriados à área da disciplina.

Entretanto, é preciso considerar que o termo “internacionalizar” é muito amplo, fazendo incorrer, por vezes, no erro de refletir-se em excesso e praticar-se pouco. Dessa forma, deve-se manter em destaque que o processo requer um planejamento pragmático, com vistas às melhorias contínuas e simples. Ainda que o termo internacionalização não esteja bem definido, segundo Liddicoat (2004), as universidades devem se aprofundar nos estudos sobre o assunto, a fim de definir-se seu significado.

“O segundo desafio foi ajudar os professores de uma escala vasta das disciplinas a compreender o que um *curriculum* internacionalizado significa para como ensinar e o quê ensinar.”, conforme Leask (1999).

Ainda sobre o tema, Leask (1999), levanta o que seria o terceiro e maior desafio no processo de internacionalização: “Tradicionalmente os professores nas universidades focalizam suas energias e esforços na aquisição e na transmissão do conhecimento, mais do que nos processos para analisar o porquê dos estudantes buscarem compreender a matéria transmitida.” Percebe-se, portanto, que a busca dos estudantes pela compreensão da matéria é

⁵ Disponível no site (Junho/2007): <<http://ec.europa.eu/education/programmes/eu-usa/global.pdf>>

um momento oportuno para sair-se da rotina e expandir a discussão. Com isso, uma simples aula passaria a ser um espaço para uma altercação descontraída e os docentes poderiam incentivar seus alunos a continuar a discussão em projetos de pesquisa, inclusive com membros de universidades estrangeiras.

O processo de internacionalização prevê que os dirigentes de universidades discutam a questão e definam seus componentes. Para embasar tal discussão, Ellingboe (1998) cita cinco componentes para que o dito processo seja aplicado em universidades:

1) liderança da faculdade; 2) participação do membro internacional da faculdade nas atividades com colegas locais da pesquisa e instituições estrangeiras; 3) a disponibilidade, o esforço, a acessibilidade, e a transferência do estudo de programas no exterior para estudantes; 4) a presença e a integração de estudantes internacionais; e 5) Unidades co-curriculares internacionais (salões de residência, centros de planejamento da conferência, uniões de estudante, centros de carreira, casas culturais da imersão e da língua, atividades e organizações do estudante).

Contudo, vale ressaltar que o processo não depende única e exclusivamente dos dirigentes das universidades, mas também, da mobilização de toda a comunidade – docentes, funcionários e alunos – lembrando que a política de internacionalização deve estar intrínseca ao cotidiano da comunidade universitária e em harmonia com as atividades de todos.

As chamadas específicas para a adaptação da universidade em um processo de internacionalização vêm de várias fontes.

A adaptação é vista aqui como um aspecto de um processo da mudança organizacional e a inovação que envolve a abertura e a responsabilidade à mudança exige análise do ambiente externo. A internacionalização requer a adaptação organizacional, isto é, um processo que envolve modificações e alterações na organização ou de seus componentes a fim ajustar às mudanças no ambiente externo. (CAMERON, 1984).⁶

O processo da mudança organizacional terá início no momento em que os dirigentes tomarem o processo de internacionalização como necessário para a disseminação do conhecimento entre países diferentes, por meio de projetos de pesquisa com diversidade de

⁶ Disponível no site (Junho/2007): < [http://www.jstor.org/sici?sici=0022-1546\(198403%2F04\)55%3A2%3C122%3AOAAHE%3E2.0.CO%3B2-J&cookieSet=1](http://www.jstor.org/sici?sici=0022-1546(198403%2F04)55%3A2%3C122%3AOAAHE%3E2.0.CO%3B2-J&cookieSet=1) >

idéias, culturas e experiências, e toda a comunidade se integre às demandas de aprimorar as relações internacionais dentro da universidade.

2.2. GLOBALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

De acordo com Yang (2003):

[...] o conceito da globalização certamente tornou-se cada vez mais importante para debates sobre o futuro do ensino superior, e os educadores necessitam examinar as forças da globalização, o retorno imediato de encontro com a internacionalização do ensino superior como o instrumento em países em desenvolvimento.

A globalização do ensino superior é um processo ao qual as grandes universidades do mundo estão sujeitas, ainda que induzidas pelo mercado. Bem como ocorre no âmbito empresarial, no mundo globalizado, também as universidades, obrigatoriamente, precisam desenvolver-se no cenário internacional, para que possam figurar entre as grandes universidades, intensamente engajadas em seus processos de internacionalização.

“O triunfo do capitalismo global é o triunfo das classes transnacionais do capitalismo em vender a ideologia cultural do consumismo e em entregar bens e serviços através das corporações transnacionais e de outras instituições econômicas.” (Yang, 2003).

Com base nestes preceitos, os dirigentes de grandes universidades buscam incentivar financeiramente pesquisas e viagens de professores e alunos ao exterior, justamente por perceberem que o mundo globalizado tende a acirrar cada vez mais a competitividade em todos os segmentos do mercado e que o mesmo se aplica à área acadêmica.

Intui-se que a globalização promoveu uma expansão rápida do ensino superior na esfera internacional. Conforme elucida Yan (2003), baseado no discurso da competição

global, as universidades passaram a ser avaliadas por indicadores similares àqueles aplicados à economia:

A primeira reflexão do impacto da globalização do ensino superior é empregar padrões econômicos como marcas de nível. [...] Numerar (publicações, pesquisar concessões, graduados, entre outros), e cada vez mais contagens nas universidades, extraindo valores educacionais. Tal tendência causa tensões entre os assuntos aplicados mais rentáveis da ciência e da tecnologia, e aquelas do inquérito, particularmente de artes e de assuntos teóricos básicos das humanidades.

A globalização do ensino superior gera uma competitividade que já se tornou uma pressão constante em toda a comunidade acadêmica: os professores devem elevar, sobretudo, o nível de suas publicações e atingir a pontuação mínima nestas; os alunos precisam se esforçar ao máximo para atingir o mínimo esperado pelas universidades ao final de seus cursos de formação; e os funcionários trabalham com afinco, de forma a tentar suprir a crescente demanda de serviço.

Segundo Bartell (2003):

No Canadá, os seguintes indicadores foram usados desde 1997, pela Associação das Universidades, pelas Faculdades do Canadá e pelo Banco da Nova Escócia (AUCC 1996-1999) conjuntamente, em realizar Concessões para a Excelência na Internacionalização: 1) participação internacional do estudante; 2) mudança do curriculum; 3) parcerias internacionais; 4) recursos financeiros, humanos e tecnológicos mobilizados para a internacionalização; 5) parcerias de setores da universidade; 6) contribuições da faculdade para a internacionalização; 7) contribuição da pesquisa para a internacionalização; 8) contribuição de projetos do desenvolvimento da internacionalização para a universidade.

Do mesmo modo, as universidades brasileiras, em conjunto com o governo federal, poderiam se reunir e propor medidas com o objetivo de melhorar suas posições no cenário internacional, visto que as dificuldades enfrentadas podem ser muito semelhantes.

Há várias razões para que a internacionalização se torne cada vez mais importante na política do ensino superior. Primeiramente há dois argumentos extensamente reconhecidos que serviram como forças principais direcionando para a internacionalização. As exigências acadêmicas e profissionais para graduados refletem cada vez mais as demandas da globalização das sociedades, economia e do mercado e, assim, uma instrução mais elevada deve fornecer uma preparação adequada. Estas exigências incluem não somente o conhecimento acadêmico e profissional, mas também habilidades e atitudes sociais e interculturais. O nível da especialização na pesquisa e o tamanho dos investimentos, que são indispensáveis a determinados campos de pesquisa e de desenvolvimento, requerem esforços colaborativos e uma cooperação internacional intensiva. (Van der Wende, 1997)

A internacionalização de universidades visa um aprimoramento no contexto acadêmico do ensino superior e a globalização prevê a disputa acirrada entre universidades do ponto de vista comercial, ainda que as diferenças entre países sejam grandes.

Hoje as universidades são mais dependentes dos governos nacionais para seus orçamentos. A expansão do ensino superior nos países foi relacionada intimamente com a extensão explosiva do poder e da influência do Estado desde 1945. Os sistemas modernos do ensino superior não poderiam existir sem o patrocínio do Estado. Em primeiro lugar, o aspecto desse patrocínio é financeiro. A despesa pública fornece o volume de um rendimento mais elevado da educação. E, enquanto o ensino superior expandiu e seu orçamento agregado aumentou, a pressão cresceu para que a produtividade e a eficiência fossem maiores. [...] Certo ou errado os políticos acreditam que o investimento no ensino superior pode ser traduzido na vantagem econômica comparativa, uma opinião incentivada pelas teorias da sociedade pós-industrial que sugerem que o conhecimento transformasse o recurso preliminar em economias avançadas. (SCOTT, 1998).

Uma vez que as melhores universidades brasileiras são públicas, e, portanto, totalmente dependentes do orçamento público, a sociedade, por sua vez, deve questionar se os recursos estão sendo bem empregados. Para a maioria da população, seria mais útil se o retorno fosse o mais prático possível, como por exemplo, que o Brasil produzisse um combustível ou que os medicamentos fossem mais baratos e, conseqüentemente, diminuíssemos a exportação de produtos que os cientistas brasileiros pudessem desenvolver no próprio país.

Na visão de Scott (1998), “As universidades são instituições nacionais criadas para cumprir finalidades nacionais.” Deste modo, as universidades públicas têm a obrigação de dar o retorno esperado à sociedade – seja pelo avanço da tecnologia no país ou pela fabricação de produtos atualmente importados de países desenvolvidos. Daí o dilema da universidade: enquanto a maioria da população não valoriza os prêmios recebidos e publicações de alto nível internacional que as universidades possam ter, esse é um aspecto importante no contexto acadêmico mundial.

Ainda na visão de Scott (1998), um dos aspectos da internacionalização

[...] é a colaboração entre instituições de países diferentes – tanto na pesquisa como no ensino, que é o fenômeno mais recente. Hoje em dia as universidades estão assinando acordos com outras universidades. Os retratos dos dirigentes com suas canetas são comuns. Alguns destes acordos cobrem uma única edição - um curso comum ou um programa de pesquisa colaborativo; outros têm um espaço mais ambicioso com as universidades que concordam trabalhar junto através de uma escala larga das edições.

Em alguns casos, os acordos são celebrados num primeiro momento com período determinado de duração e, se houver bons resultados em termos de patentes e publicações, as universidades celebram convênios que podem ser renovados, já que a troca de informações é muito rica, propiciando, assim, um excelente ambiente para a inovação da pesquisa e do ensino.

2.3. INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

Podemos comparar a internacionalização de empresas com o processo de internacionalização de universidades. Talvez se as universidades procedessem como as empresas, realizando uma análise e planejamento de ações sobre o processo, o quadro atual do ensino superior, com relação a sua atuação internacional, poderia ser ainda melhor.

Tradicionalmente, tanto as companhias globais como as internacionais dependem de um processo central para a criação e exploração das inovações: sentir uma nova oportunidade no país de origem, usar os recursos de desenvolvimento centralizado da companhia-mãe para criar um novo produto ou processo e depois adotar a inovação nos locais apropriados em todo o mundo. (BARLETT; GHOSHAL, 1992, p. 91)

No caso das universidades, poderiam ser estudados os resultados obtidos através dos convênios celebrados com universidades estrangeiras, bem como constatar se as viagens financiadas com recursos da universidade ou de agências de fomento resultaram em produções de alto nível internacional. Esses estudos poderiam servir de resposta aos anseios da sociedade sobre o emprego dos investimentos públicos empregados.

A maioria das companhias internacionalizou-se gradualmente em um processo incremental que em geral estava ligado aos objetivos estratégicos de seus mercados domésticos. As Unidades internacionais podem ter sido criadas para suprir as operações domésticas com matérias-primas ou como meio de reduzir custos para melhorar as posições competitivas nos mercados nacionais respectivos. (BARLETT; GHOSHAL, 1992, p. 144)

Deve-se estudar a fundo as mudanças organizacionais e estratégicas que o processo de internacionalização das universidades propõe. Há a necessidade de direcionar mais funcionários e qualificá-los para atender a demanda, da mesma forma, os professores deveriam reformular a grade curricular dos cursos e cogitar a inserção de alunos em projetos de pesquisas que têm a participação de universidades estrangeiras. Já o corpo discente, poderia organizar cursos de línguas, e até elaborar uma série de atividades para recepcionar os estrangeiros.

Novas motivações estão levando as companhias para o exterior hoje em dia. Dentre as mais importantes estão: a procura de informações escassas ou de novos conhecimentos. Muitas companhias reconheceram a importante vantagem competitiva representada pela capacidade de exploração global de suas operações internacionais. [...] A presença mundial traz consigo uma enorme vantagem em termos de informações que pode ser traduzida em fontes mais eficientes ou tecnologias mais avançadas em termos de produtos ou processos, segundo Barlett e Ghoshal (1992, p. 145)

A troca de informações e de conhecimento que professores e alunos têm quando realizam pesquisas em conjunto com universidades estrangeiras realmente traz benefícios acadêmicos e pessoais, mediante seus próprios relatos. É uma forma de interagir com o mundo e de enriquecer suas pesquisas, diferentemente do que ocorreria, obviamente, se os pesquisadores se restringissem aos limites da própria universidade.

As companhias precisam descobrir maneiras de identificar os indivíduos com mais chance de sucesso nos processos organizacionais transnacionais. Muitos gerentes falharam em seus postos internacionais, a um custo econômico, organizacional e pessoal imenso. Uma das maneiras mais eficazes de reduzir o problema é implementar um processo mais eficiente de seleção interna para identificar os candidatos mais apropriados a estas posições. Algumas das companhias que estudamos ainda selecionavam gerentes para serviços internacionais com base no sucesso das operações domésticas. Um outro problema era que as nomeações para o exterior em geral eram vistas como algo que não oferecia prestígio nem eram promissoras. . (BARLETT; GHOSHAL, 1992, p. 259)
[...] Ao colocar no centro do processo internacional gerentes mais abertos a transferências, mais capazes de visualizar problemas a partir de perspectivas mais amplas, e mais dispostos a negociar e colaborar em assuntos de interesse comum,

a companhia dá um grande passo na direção da criação de uma organização transnacional. . (BARLETT; GHOSHAL, 1992, p. 261)

Todavia, na universidade em questão, a análise das solicitações de auxílio para professores e alunos participarem de eventos científicos internacionais, ou mesmo para visitas em laboratórios, são feitas com vistas, exclusivamente, no orçamento, assim como os convênios são celebrados diante apenas da iniciativa do próprio interessado. Percebe-se, portanto, que, diferentemente do que ocorre nas empresas, não existe uma seleção ou avaliação sobre a viabilidade de um convênio em detrimento de outro, ou quais os benefícios concretos de uma ou outra participação em eventos no exterior dentre os muitos pedidos recebidos. Há a crença estabelecida de que os docentes propõem convênios com universidades estrangeiras de alto nível e que os mesmos trazem sempre bons resultados.

Uma vez identificados os gerentes mais sensíveis a realidades internacionais, a companhia deve desenvolver o potencial latente desses indivíduos. Muitas das companhias que estudamos descobriram que os programas de treinamento e desenvolvimento são eficazes para estes fins. Elas os usaram para criar normas culturais, moldar processos organizacionais e influenciar o comportamento gerencial dos indivíduos de uma forma que reforçava os objetivos estratégicos e organizacionais mundiais, na visão de Barlett e Ghoshal (1992, p. 261)

Cabe ressaltar que normalmente os professores que mais se destacam, pelo número de convênios firmados e os resultados gerados por meio dessas parcerias, são alvo dos dirigentes das universidades, tratando-se, portanto, de uma seleção natural dos professores que mais se desenvolverem no processo de internacionalização.

Outro ponto a se levantar concerne às alterações nos postos de trabalho daqueles profissionais que mais se destacarem no processo internacional. Os funcionários da USP, por exemplo, ao prestarem o processo de seleção pública e ingressarem na universidade, têm atividades previstas na função que não podem ser modificadas, mesmo que este se destaque ou exerça atividades diversas. Ou seja, o próprio sistema não permite grandes mudanças organizacionais, como a realocação de funcionários para melhor aproveitamento de suas qualificações.

Duas convicções fundamentais têm acompanhado o discurso sobre o aparecimento, o desenvolvimento e a gestão das organizações multinacionais. A primeira é que a força competitiva internacional resulta da liderança no país de origem da empresa. Ou seja, não há empresa viável internacionalmente que não seja forte no seu país de origem e não há multinacional competitiva em nível mundial que não seja originária de um país forte no seu setor de atividade econômica. A segunda crença é que o processo pelo qual as companhias tem, trata-se de um processo ordenado e seqüencial, em que a empresa vai adaptando a sua estratégia de negócios nacional aos vários países nos quais entra no ciclo de vida do produto, segundo Tanure e Duarte (2006, p. 65).

Apesar de a Universidade ser considerada forte no âmbito nacional e internacional, os dirigentes do Brasil não priorizam os recursos para o devido financiamento de suas universidades públicas. Além disso, nem sempre as modalidades de apoio oferecidas pelas agências de fomento são amplamente divulgadas ou mesmo facilmente compreendidas pela comunidade acadêmica.

No entanto, mesmo com os problemas expostos, a USP tem marcado presença nos principais eventos internacionais, na publicação de artigos e livros citados no exterior. Porém, ainda é preciso traçar estratégias, com maior apoio governamental e da sociedade, a fim de melhorar sua classificação no mundo globalizado.

A globalização já não é novidade, e não é há uns 20 anos ou mais. O que temos vivido é o aprofundamento de muitas das suas condicionantes tecnológicas, políticas e econômicas. As multinacionais tornaram o fenômeno mais presente. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação tornaram o fenômeno mais próximo. Muitas vezes, o significado de “global” fato ou processo não é claro. Podemos, mesmo assim, encontrar sempre implícita a escala mundial na normalização, na ação e na cobertura geográfica. (TANURE; DUARTE, 2006, p. 67)

Desde sua criação, a Universidade participa de pesquisas em conjunto com universidades estrangeiras. Com o passar dos anos, entretanto, surgiu a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados, dada a existência atual dos chamados *rankings* mundiais, que publicam a classificação das maiores universidades do mundo. É sob esse prisma que se atribui valor à produção das universidades, e define-se sua importância no contexto mundial.

“As firmas internacionais devem encontrar conceitos estratégicos, organizacionais e sociais que lhes permitam impedir que as variedades se transformem em tumulto, possibilitando sua transformação em vantagem distinta.” (TANURE; DUARTE, 2006)

Assim sendo, com o objetivo de avançar no processo de internacionalização, os dirigentes da Universidade deveriam tornar os conceitos estratégicos mais explícitos, de modo que toda a comunidade possa ter conhecimento de como colaborar e se inserir na mudança organizacional.

CAPÍTULO 3

INCENTIVO DA REITORIA DA USP

3. INCENTIVO DA REITORIA DA USP

3.1. Programa de Apoio à Internacionalização da Graduação

A Pró-Reitoria de Graduação, no âmbito de sua política de Valorização do Ensino de Graduação, lançou em 2006 o Programa de Apoio à Internacionalização da Graduação (Pró-Int) que visa a apoiar o projeto de internacionalização nas Unidades, destinando recursos financeiros para a participação de estudantes em eventos ou atividades acadêmicas no exterior.

Em 2007, os recursos destinados ao Programa totalizam R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a serem distribuídos às Unidades de Ensino, Centros, Institutos Especializados e Museus como se segue:

- 20% - cota fixa distribuída por Unidades de Ensino e cota de R\$ 909,09 (novecentos e nove reais e nove centavos) para Centros, Institutos Especializados e Museus;
- 80% - considerando o número matrículas nos dois últimos semestres (multiplicado pelo número de créditos-aula).

Caberá à Comissão de Graduação da Unidade (ou equivalente nos Centros, Institutos Especializados e Museus) a análise e a priorização dos pedidos que poderão ser encaminhados a esta Pró-Reitoria em qualquer época do ano, considerados os seguintes critérios e requisitos:

- mérito acadêmico do(a) aluno(a) (histórico escolar);
- vínculo da proposta com o projeto de pesquisa do orientador ou sua pertinência ao projeto formativo do curso (parecer do orientador ou de docente responsável);

- inserção da proposta no projeto de internacionalização da Unidade (parecer da CG);
- viabilidade da realização da despesa (parecer do Contador da Unidade) e
- outros critérios definidos pela própria Unidade.

Requisitos para o(a) aluno(a):

- estar regularmente matriculado(a) no curso de graduação e
- apresentar comprovante de aceite da instituição no exterior e a programação do evento ou atividade.

As solicitações aprovadas pela Comissão de Graduação deverão ser encaminhadas à Pró-Reitoria de Graduação pela Diretoria com a antecedência necessária para a obtenção da autorização da Reitora e posterior repasse dos recursos à Unidade.

No retorno à Unidade, o estudante deverá apresentar à Comissão de Graduação breve relatório da atividade desenvolvida, anexando certificado de participação.

Estas informações foram publicadas na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em 20 de novembro de 2007.

3.2. Modalidades de Apoio à Internacionalização da Pró-Reitoria de Pós-Graduação

O Projeto de Internacionalização da Pós-Graduação da USP foi fundamentado na busca de dois objetivos: o primeiro voltado para os programas com nota 5, visando promover a internacionalização dos mesmos e o segundo, voltado para os programas com notas 6 e 7, visando, no mínimo, a manutenção desta internacionalização.

1. Programa de Professor Visitante

Visa apoiar a permanência de professores visitantes no programa de Pós-Graduação por, no máximo, 20 dias. O professor deverá ministrar disciplina de pós-

graduação, seminários e participar de discussões de pesquisa envolvendo docentes e pós-graduandos. Um dos principais objetivos a serem atingidos com este programa é a formalização, a curto/médio prazo, de convênios internacionais com intercâmbio de pesquisadores e pós-graduandos. Modalidade de Apoio: poderá ser custeada a passagem aérea e até 20 diárias, de acordo com a tabela da USP. Deverá ser apresentado orçamento de empresa para aquisição da passagem aérea.

A solicitação deve ser encaminhada pela Comissão de Pós-Graduação (CPG) à Pró-Reitoria de Pós-Graduação incluindo, obrigatoriamente, os documentos a seguir:

- carta de encaminhamento do presidente da CPG;
- objetivo da visita e justificativa circunstanciada do Coordenador do Programa; descrição e cronograma das atividades a serem desenvolvidas pelo Professor Visitante. A ministração de disciplina de pós-graduação é obrigatória e esta deverá estar aprovada pelas instâncias competentes e cadastrada no Sistema Fênix;
- *curriculum vitae* do Professor Visitante.

- Calendário

A data limite para recebimento do pedido na Pró-Reitoria de Pós-Graduação é de 60 dias de antecedência da vinda do Professor Visitante.

2. Complementação de Auxílio a doutorandos para estágio de pesquisa no exterior.

Visa apoiar a permanência de doutorandos realizando pesquisas no exterior, relacionadas à sua tese.

Modalidade de Apoio: passagem aérea.

Documentação Exigida:

- justificativa do orientador e do doutorando;
- período do estágio de pesquisa;
- comprovação da existência de recursos para a sua permanência no exterior;
- carta de encaminhamento e justificativa do presidente da Comissão de Pós-Graduação;

- comprovante de aceitação do aluno na Instituição em quem o mesmo realizará a pesquisa;
- comprovar proficiência na língua do país onde se dará o estágio de pesquisa (anexar copia);
- apresentar orçamento de empresa para aquisição da passagem aérea;
- ficha do aluno;
- *currículum vitae*;
- projeto de pesquisa.

- Calendário

A data limite para recebimento do pedido na Pró-Reitoria de Pós-Graduação é de 60 dias de antecedência da viagem do aluno.

3. Projeto de Aperfeiçoamento de Desempenho da Pós-Graduação

Fundamentado na qualificação docente, na infra-estrutura dos nossos laboratórios de pesquisa e numa ação articulada dos docentes e discentes, acreditamos que é possível aperfeiçoar o desempenho dos programas de Pós-Graduação, especialmente aqueles que possuem conceito 3 e 4 na avaliação CAPES.

Estas informações foram publicadas na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em 20 de novembro de 2007.

4. Programa de Estágio-Docente no Exterior

Considerando que o contínuo aprimoramento do quadro docente ativo na pós-graduação é fator decisivo para o fortalecimento de linhas de pesquisa de programas de pós-graduação em fase de consolidação, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação irá apoiar a realização de Estágio no Exterior para Docentes credenciados como orientadores nesses programas. Através da realização de estágio em nível de pós-doutoramento em instituições do exterior com demonstrado reconhecimento internacional, orientadores destes programas terão a oportunidade de desenvolver atividades científicas de fronteira e de interagir com pesquisadores estrangeiros com produção acadêmica expressiva.

O programa prevê custeio de passagem aérea e bolsa-auxílio no valor de US\$ 2.000,00/mês para até 15 docentes credenciados como orientadores em programas de pós-graduação avaliados pela CAPES com conceitos 3, 4 ou 5, que tenham completado o doutorado há no mínimo 5 e no máximo 10 anos, que nunca realizaram estágio no exterior após conclusão do Doutorado e estejam contratados na USP no mínimo há 3 anos.

A duração do estágio é de no mínimo 4 meses e no máximo 6 meses, devendo ser realizado durante um semestre letivo da USP, não sendo permitida a superposição de dois semestres letivos consecutivos.

O mérito das solicitações será apreciado por comissão de especialistas a ser designada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Requisitos para candidatura ao Programa de Estágio-Docente no Exterior:

1. Ser docente contratado na USP há pelo menos 3 anos, com título de Doutor obtido entre 5 e 10 anos da data do lançamento deste edital;
2. Ser orientador credenciado em Programa de Pós-Graduação avaliado pela CAPES com conceito 3, 4 ou 5;

A divulgação deste Programa foi feita por e-mail a todas as Unidades da USP, em novembro de 2007.

5. Programa Novas Fronteiras

Considerando que o contínuo aprimoramento do quadro docente ativo na pós-graduação é fator decisivo para implantação de novos projetos e para o fortalecimento de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação qualificados como programas de excelência, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação irá apoiar a realização de Visita de Curta Duração em Instituições estrangeiras para docentes da Universidade credenciados como orientadores nesses programas. Através da realização de visitas de curta-duração em instituições de ensino e pesquisa do exterior com demonstrado reconhecimento internacional, orientadores destes programas terão a oportunidade de desenvolver atividades científicas inovadoras e de interagir com grupos de pesquisa estrangeiros que atuam na fronteira do conhecimento.

O programa prevê o custeio de passagem aérea e auxílio no valor equivalente a US\$ 2.500,00/mês para docente da Universidade credenciado como orientador em um dos

programas de pós-graduação da USP com conceitos 6 ou 7 na última avaliação CAPES. A duração da visita é de no máximo 60 dias.

Está prevista a concessão de 32 auxílios no primeiro ano (2008) e mais 32 no segundo ano (2009).

Cada um dos programas de pós-graduação da USP avaliados pela CAPES com conceitos 6 ou 7 poderá indicar um orientador selecionado dentre seu quadro de orientadores plenos. Os critérios para seleção do orientador devem ser definidos pela Coordenação do Programa obedecidos os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital. O mérito das solicitações será apreciado por comissão de especialistas a ser designada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Requisitos para candidatura ao Programa Novas Fronteiras:

- Ser docente contratado na USP;
- Ser orientador credenciado há mais de cinco anos em Programa de Pós-Graduação avaliado pela CAPES com conceito 6 ou 7 e já ter orientado pelo menos uma tese de Doutorado no Programa.

Cada Programa de Pós-Graduação pode encaminhar apenas uma solicitação de visita.

Os docentes selecionados serão convidados a formalizar cooperação através de convênio acadêmico de cooperação internacional entre a USP e a Instituição receptora.

Condições e Observações no Encaminhamento do Relatório e Prestação de Contas:

Para a PRPG: a) o relatório de atividades deverá apresentar descrição e avaliação das atividades realizadas e previsão da continuidade da cooperação acadêmico-científica com o grupo de pesquisa e instituição que sediou a visita. b) cópia da prestação de contas entregue na Unidade.

A divulgação deste Programa foi feita por e-mail a todas as Unidades da USP, em abril de 2008.

6. Normas para Solicitação de Auxílio a Pró-Reitoria de Pós-Graduação

a) Requisitos do candidato ao auxílio

Docente:

- pertencer ao quadro docente da USP;
- estar vinculado ao Programa de Pós-Graduação e estar orientando;
- ser o primeiro autor do trabalho a ser apresentado no evento ou o último autor,

como líder do grupo de pesquisa;

- ter sua solicitação avaliada pelo Presidente ou pela Comissão de Pós-Graduação;
- comprovar visita a laboratório de Pesquisa em Instituição estrangeira, no período

do evento;

- o docente terá direito a apenas uma concessão no período de 12 meses, quer seja no país ou no exterior.

Aluno:

- ser o primeiro autor do trabalho a ser apresentado no evento;
- ter sua solicitação avaliada pelo Presidente ou pela Comissão de Pós-Graduação.
- o aluno terá direito a apenas uma concessão no período de 12 meses, quer seja no

país ou exterior.

Para eventos no Exterior:

- estar regularmente matriculado em programa de pós-graduação, doutorado;
- comprovar proficiência na língua do evento.

b) Processo de Análise e Julgamento das Solicitações

Após o encaminhamento da solicitação, sua análise e julgamento obedecem às etapas descritas a seguir:

1. Análise Técnica

A área técnica da Pró-Reitoria confere a documentação apresentada.

Solicitações com documentação incompleta, ou encaminhadas fora do prazo previsto nas instruções, não serão analisadas, sendo automaticamente devolvidas.

2. Análise de Mérito

A análise de mérito será conduzida com base nas seguintes diretrizes:

Docentes

- Curriculum Lates com ênfase nos últimos 5 anos.
- Envolvimento com o programa de Pós-Graduação da Unidade (orientação, ministração de disciplina);
- Formação de pós-graduandos;
- Produção científica com destaque para a publicação com pós-graduandos;
- Relação do trabalho a ser apresentado com a pós-graduação (linha de pesquisa).
- Características do evento e a sua relação com a área de atuação do docente.

Alunos

- Desempenho acadêmico do aluno no programa;
- Situação atual do aluno no programa (ter créditos em disciplina, tempo no programa, trancamento, prorrogação);
- Análise do curriculum Lates;
- Trabalho a ser apresentado e sua relação com o projeto do doutorado/mestrado;
- Características do evento e a sua relação com a área de atuação do aluno.
- Estar desenvolvendo seu trabalho de dissertação/tese.

Obs: Serão utilizados os dados do Sistema Fênix.

Após a análise de mérito as solicitações são submetidas a um processo altamente competitivo, de avaliação comparativa para definição de uma escala de prioridades, frente à dimensão dos recursos destinados a esta alínea. Nesta fase serão considerados:

- O projeto de internacionalização dos programas;
- Número de concessões já feitas ao programa;
- Número de concessões já feitas aos alunos de um mesmo orientador.

Estas informações foram publicadas na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em 20 de novembro de 2007.

3.3. Normas para concessão de Auxílio Financeiro Complementar - CCInt

Para a realização exclusiva de missões de curto período na quais se evidenciem atividades de interesse/benefício para a USP, no tocante ao processo de internacionalização, a CCInt poderá complementar os recursos já obtidos para a viagem, na forma de diárias, passagem aérea ou seguro saúde, para:

- docente da ativa desenvolver atividades acadêmicas conjuntas, elaborar convênio acadêmico e ministrar seminários em instituições acadêmicas estrangeiras;
- docente da ativa receber docentes visitantes para desenvolvimento de atividades acadêmicas na USP visando o incremento da colaboração internacional (somente diárias);
- técnicos de nível superior para desenvolvimento de pesquisa conjunta com instituições acadêmicas estrangeiras;

É condição para análise a comprovação da existência de auxílio financeiro concedido, mas insuficiente, de agências de fomento ou apoio substantivo de organização de eventos, o que evidencia o mérito da missão conduzindo ao caráter complementar do auxílio da CCInt. Não poderão ser complementadas atividades exclusivamente custeadas com recursos próprios do solicitante ou de entidades que não os organismos de fomento à pesquisa. O documento que comprova a contrapartida oficial pode ser apresentado após a entrada da

solicitação na CCInt, tendo em vista o prazo de antecedência exigido. O apoio da CCInt não será concedido antes da apresentação da contrapartida supramencionada.

Não é possível a concessão de auxílio financeiro para docentes aposentados, em período de férias, em período de licença prêmio, licença maternidade, licença médica ou afastamento para outros fins, no período da viagem. Tendo em vista que a demanda de solicitações de auxílio que demonstram mérito acadêmico normalmente supera a disponibilidade dos recursos financeiros da CCInt, as solicitações serão consideradas pela apresentação da documentação exigida com a antecedência mínima de 60 dias da data de início da viagem (data partida do Brasil). Desta forma, é imprescindível que as solicitações dêem entrada no protocolo desta Comissão com antecedência mínima de 60 dias, uma vez que não é possível o reembolso das despesas. Toda a documentação exigida deve ser providenciada pelo interessado.

Tendo em vista as restrições orçamentárias, a CCInt concede auxílio financeiro somente uma vez ao ano para cada interessado, sendo o teto atual de R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais). A documentação para solicitação de auxílio complementar deve ser encaminhada à CCInt através de processo formado na Unidade/Órgão a que pertence o interessado. O valor concedido pela CCInt será transferido por repasse para a unidade do interessado. O solicitante receberá o valor concedido do Departamento Financeiro da Unidade a quem prestará contas posteriormente. Deverá ser encaminhado à CCInt um relatório das atividades desenvolvidas com os parceiros internacionais, até 30 dias após a data do retorno da viagem. O não cumprimento desta exigência implicará na impossibilidade de análise de futuras solicitações.

Estas informações foram publicadas na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em 20 de novembro de 2007.

CAPÍTULO 4

INCENTIVO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO

4. INCENTIVO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO

4.1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

1. Cooperação internacional

A CAPES tem como objetivo em sua “Cooperação internacional”, desenvolver as atividades da pós-graduação brasileira no contexto mundial. A Cooperação Internacional da CAPES busca apoiar os grupos de pesquisa brasileiros por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da nossa pós-graduação.

A principal atividade da Cooperação Internacional da CAPES se dá por meio de acordos bilaterais, programas que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros.

A CAPES financia missões de trabalho (intercâmbio de professores), bolsas de estudo (intercâmbio de alunos), além de uma quantia para o custeio das atividades do projeto.

É imprescindível que os grupos de pesquisa brasileiros estejam ligados a programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC, preferencialmente com conceitos 5, 6 ou 7 na última avaliação da CAPES.

2. Parcerias universitárias binacionais

A CAPES possui, também, programas de parcerias universitárias binacionais, iniciados em 2001 e objetivam, principalmente, o aumento do intercâmbio de estudantes de graduação, além de fomentar o intercâmbio de alunos de pós-graduação e professores.

As parcerias são implementadas entre universidades brasileiras e estrangeiras, sendo fundamental a garantia do reconhecimento mútuo dos créditos aos alunos na área escolhida pelo projeto. O programa busca ainda a aproximação das estruturas curriculares dentre as instituições e cursos participantes.

3. Acordos internacionais

Quadro 1 – Acordos internacionais da CAPES

PAÍS	PROGRAMA
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> • Doutorado CAPES/DAAD • Auxílio curta duração • Doutorandos alemães • Missões de curta duração • Probral • Unibral
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • Centros Associados • Secyt
Chile	<ul style="list-style-type: none"> • Conicyt
China	<ul style="list-style-type: none"> • CEE
Cuba	<ul style="list-style-type: none"> • MES Docentes • PPV / MES • MES Projetos
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> • CAPES / MECD-DGU
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> • CAPES / UT, Austin, UTEP e MDACC • Universidade do Texas – PVF • CAPES / Comissão Fulbright • CAPES / Fipse
França	<ul style="list-style-type: none"> • STIC AmSud • Brafitec • CAPES / Brafagri • Cofecub • Colégio Doutoral Franco Brasileiro
Holanda	<ul style="list-style-type: none"> • CAPES / Centro de Pesquisa da Wageningen
Itália	<ul style="list-style-type: none"> • CAPES / Politécnico de Turim
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Grices
Timor-Leste	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • La Republica

OUTROS TIPOS	PROGRAMA
Multinacional	<ul style="list-style-type: none"> • Programa as CAPES / IESALC • Programa Leitorado • PEC – PG • PVE • Escola de Altos Estudos
Cátedras	<ul style="list-style-type: none"> • Cátedra CAPES / SEED

Fonte: CAPES (página eletrônica em novembro/2007)

4. Tipo de bolsas no exterior

- Doutorado

A bolsa de doutorado no exterior destina-se a candidatos de comprovado desempenho acadêmico e que se dirijam a instituições de excelência e prestígio internacional, formando doutores em áreas nas quais se verifique carência de grupos consolidados no País. A CAPES mantém dois programas de bolsas de doutorado no exterior os quais têm sido diversificados, de modo a atender mais adequadamente os candidatos a bolsa de doutorado, considerando as especificidades das instituições de destino dos candidatos.

- Estágio de Doutorando - PDEE (sanduíche / sandwich)

Os doutorandos matriculados em curso de doutorado com nota 4, 5, 6 e 7, obtida na última avaliação trienal da CAPES, deverão informar-se na coordenação de seu programa de pós-graduação sobre a disponibilidade de bolsas no Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior - PDEE.

O objetivo desse programa é contribuir para o estabelecimento e/ou a manutenção do intercâmbio dos cursos de pós-graduação do país com seus congêneres no exterior, por intermédio da concessão de cotas de bolsas às Instituições de Ensino Superior para estágio de doutorando no exterior.

O PDEE é um programa institucional, cabendo à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou órgão equivalente, a apresentação e o acompanhamento das candidaturas na CAPES e, também, a orientação e a divulgação dos resultados aos candidatos. A cota de bolsa concedida à Instituição é igual ao número de cursos de doutorado, com nota de avaliação igual a 4 ou superior.

No PDEE a seleção é feita pelas próprias instituições, seguindo os princípios de transparência e excelência estabelecidos pela CAPES. As inscrições devem ser feitas diretamente na coordenação do programa de pós-graduação onde o doutorado está sendo realizado, e as coordenações dos programas promoverão a seleção e o encaminhamento das candidaturas à Pró-reitoria. O candidato à bolsa deve, portanto, obter informações sobre o calendário interno da IES, verificando a data limite de apresentação da candidatura junto ao seu Programa.

O aluno de doutorado poderá realizar um estágio de 4 até 12 meses para desenvolver atividades no exterior, que sejam complementares e essenciais ao seu projeto de formação no Brasil. O estágio no exterior não deve ser previsto com o objetivo principal de realização de cursos, de disciplinas e de seminários. A parceria acadêmica desejada não deve admitir o pagamento de taxas escolares.

- Estágio de Doutorando – Balcão (sanduíche / sandwich)

A bolsa para estágio de doutorando no exterior dos alunos de Curso de Doutorado, com nota de avaliação 3 e cursos novos recomendados pela CAPES, deverá ser solicitada diretamente à CAPES por meio do Programa de Estágio de Doutorando no Exterior - Balcão.

Esta modalidade visa proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver parte de sua pesquisa de Doutorado em instituição no exterior de reconhecida excelência, e baseia-se no princípio da cooperação entre professores e pesquisadores para a formação de novos doutores no país.

As candidaturas apresentadas à CAPES devem demonstrar inequívoco entrosamento entre o orientador no Brasil e o co-orientador no exterior, como parte integrante de um consórcio de atividades cooperativas entre cursos brasileiros e estrangeiros. A parceria acadêmica desejada não deve admitir o pagamento de taxas escolares.

O aluno de doutorado poderá realizar um estágio de 4 até 12 meses para desenvolver atividades no exterior, que sejam complementares e essenciais ao seu projeto de formação no Brasil. O estágio no exterior não deve ser previsto com o objetivo principal de realização de cursos, de disciplinas e de seminários.

- Estágio Pós-Doutoral

Os professores e/ou pesquisadores doutores, preferencialmente vinculados a Instituição brasileira, poderão candidatar-se ao estágio pós-doutoral no exterior, com duração de até 12 meses. O objetivo é permitir que o professor e/ou pesquisador possa desenvolver atividades conjuntas com seu(s) colega(s) ou grupo congênere no exterior, das quais resulte produção inserida no seu contexto institucional de atuação.

- Programa de Apoio a Eventos no Exterior (PAEX)

Apoiar a apresentação de trabalhos científicos de professores e pesquisadores em eventos no exterior, propiciando visibilidade internacional da produção científica, tecnológica e cultural brasileira.

O apoio consiste em auxílio-deslocamento, que se destina às despesas com passagem para a participação em evento científico no exterior, indicado na inscrição e aprovado pela CAPES. O valor do auxílio será estabelecido pela CAPES de acordo com a localização geográfica do evento.

A prestação de contas do benefício concedido deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 dias após o evento. O candidato deverá elaborar e apresentar à CAPES o relatório referente às atividades desenvolvidas, juntamente com a documentação comprobatória de utilização do apoio financeiro com a viagem.

- Apoio para Estágio Pós-Doutoral concedido pela CAPES aos ganhadores do Grande Prêmio CAPES de Teses – 2006

- Até 12 parcelas mensais, de acordo com plano de estudos e cronograma para o desenvolvimento de atividades propostas para o estágio;
- Auxílio-instalação, pago em uma única parcela em conta bancária no Brasil;

- Seguro-saúde pelo período do estágio, desde que obrigatório no país de destino, pago em uma única parcela em conta bancária no Brasil;
- Passagens aéreas, de ida e volta, de acordo com a categoria estabelecida pelo serviço público federal.

- Apoio para Participação em Evento no Exterior concedido pela CAPES aos Orientadores dos ganhadores do Grande Prêmio CAPES de Teses - 2006:

Uma passagem de ida e volta, de acordo com a categoria estabelecida pelo serviço público federal, para a apresentação de trabalho em evento científico no exterior, ou o valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), a ser depositado em conta bancária no Brasil, a título de auxílio à pesquisa.

Informações publicadas na página eletrônica da CAPES, em 20 de novembro de 2007.

4.2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

1. Doutorado no Exterior (GDE)

O objetivo dessa bolsa é formar doutores no exterior em instituições de reconhecido nível de excelência, em áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica, naquelas em que a pós-graduação no País ainda seja deficiente ou em áreas prioritárias definidas pelo Conselho Deliberativo do CNPq.

A bolsa tem a duração de até 36 meses, prorrogáveis, no máximo, por mais 12 meses, mediante justificativa do bolsista e parecer confidencial do orientador no exterior.

- Pós-Doutorado no Exterior (PDE)

A bolsa de Pós-Doutorado no Exterior (PDE) possibilita ao pesquisador a capacitação e atualização de seus conhecimentos por meio de estágio e desenvolvimento de projeto com conteúdo científico ou tecnológico inovador e de vanguarda, em instituição no exterior de nível de excelência internacionalmente reconhecido.

A duração da bolsa é de 6 a 12 meses, sendo permitida uma prorrogação de 6 meses de bolsa.

2. Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE)

A finalidade da bolsa é apoiar aluno formalmente matriculado em curso de doutorado no Brasil que comprove qualificação inequívoca para usufruir, no exterior, da oportunidade de aprofundamento teórico, coleta e/ou tratamento de dados ou desenvolvimento parcial da parte experimental de sua tese a ser defendida no Brasil. A duração da bolsa é de 3 a 12 meses, improrrogáveis.

3. Estágio Sênior (ESN)

A bolsa de Estágio Sênior (ESN), com duração de 3 a 6 meses, propicia ao pesquisador o desenvolvimento de projeto de pesquisa ou parte dele em instituição estrangeira de competência internacionalmente reconhecida.

4. Treinamento no Exterior - SPE

Essa bolsa tem por finalidade, apoiar a participação de pesquisadores, especialistas e técnicos em atividades de aperfeiçoamento, reciclagem ou treinamento no exterior, por meio da realização de estágios e cursos de média e longa duração. A concessão desta modalidade é específica para utilização no âmbito de convênios e programas de cooperação internacional mantidos pelo CNPq. A duração mínima dessa bolsa é de 4 meses e máxima de 12 meses.

5. Estágio/Treinamento no Exterior (BSP)

O objetivo dessa bolsa é apoiar a participação de integrantes da equipe do projeto em eventos no exterior, previamente definidos, tais como:

a) eventos tecnológicos para apresentação de resultados do projeto ou intercâmbio; ou

b) estágios, visitas e cursos de curta duração, para aquisição de conhecimentos específicos e necessários ao desenvolvimento do projeto. A duração da bolsa é de 3 meses, sem renovação e respeitado o limite orçamentário do projeto.

Informações publicadas na página eletrônica do CNPq, em 24 de novembro de 2007.

4.3. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

1. Vinda de Pesquisador Visitante

A finalidade do auxílio destina-se a cobrir, total ou parcialmente, as despesas referentes à visita de pesquisador experiente, vinculado a instituição de pesquisa do Brasil ou do exterior, a uma instituição de pesquisa no estado de São Paulo, por um período contínuo e não superior a um ano. O objetivo principal é viabilizar a colaboração entre pesquisadores no desenvolvimento de projetos de pesquisa em andamento, ou a ponto de serem iniciados na instituição anfitriã. A duração é de até 12 meses consecutivos. Improrrogável.

2. Participação em Reunião Científica e/ou Tecnológica

Destina-se a financiar parcialmente a participação de pesquisadores do estado de São Paulo em reuniões científicas ou tecnológicas, no Brasil ou no exterior, para apresentação de trabalho de sua autoria, não publicado, resultado de projeto de pesquisa financiado pela FAPESP, que exponha resultados inéditos de pesquisa.

A apresentação de trabalho de pesquisa científica e/ou tecnológica, não resultante de apoio da FAPESP, poderá ser financiada apenas em condições excepcionais. Serão avaliados a importância do evento, a modalidade de apresentação, a regularidade da produção divulgada em publicações e o conjunto de solicitações referentes ao mesmo evento, bem como a relação do trabalho a ser apresentado com projetos de pesquisa financiados pela FAPESP.

Para que a tramitação seja mais ágil, inclusive com a possibilidade de não ser usada assessoria externa, caso a Coordenação de Área considere isso desejável, é essencial que seja informado no campo correspondente do formulário de submissão da proposta o número do processo FAPESP (em andamento ou concluído) que apoiou o projeto que resultou no trabalho a ser apresentado.

3. Bolsas no Exterior

- Bolsa de Pesquisa no Exterior (Pq-EX)

Modalidade de bolsa destinada a pesquisador com título de doutor ou qualificação equivalente, para a realização de atividade de pesquisa em instituição no exterior.

São requisitos dos candidatos:

- a) ter título de doutor ou qualificação equivalente,

- b) ter vínculo com instituição de pesquisa do estado de São Paulo e
- c) ter produção científica ou tecnológica.

- Novas Fronteiras

O objetivo é apoiar a realização de estágios de longa duração em centros de excelência no exterior, em áreas de pesquisa ainda não bem implantadas no Estado de São Paulo.

Podem participar pesquisadores que tenham obtido doutorado há não mais de dez anos e com firme vínculo empregatício com instituição de pesquisa do Estado.

Informações publicadas na página eletrônica da FAPESP, em 24 de novembro de 2007.

CAPÍTULO 5

HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES DO *CAMPUS* RIBEIRÃO PRETO

5. HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES DO *CAMPUS* RIBEIRÃO PRETO

5.1. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) foi criada através da Lei Estadual 1467, de 26 de dezembro de 1951, anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP).

O Governador do estado de São Paulo era, então, o Sr. Lucas Nogueira Garcez.

O surgimento da EERP/USP está intimamente ligado à criação da FMRP/USP. O relatório da Comissão de Ensino e Regimento da Universidade de São Paulo, em 1951, opinou favoravelmente pela instalação da FMRP/USP e justificou a inclusão de uma escola de enfermagem nos seguintes termos: "a enfermagem é fator decisivo no funcionamento hospitalar. A instalação de uma escola desse tipo será indispensável ao funcionamento do Hospital das Clínicas e virá suprir as necessidades dos hospitais de uma vasta zona do Estado" (trecho extraído do relatório apresentado ao Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, processo nº 3320, em 1º de setembro de 1951).

Além disso, já em 1952, Ribeirão Preto destacava-se como um dos mais importantes centros educacionais do estado de São Paulo, condição essa também citada no relatório da Comissão de Ensino e Regimento da Universidade de São Paulo, mencionado anteriormente.

Em 24 de novembro de 1960, foi promulgada a Lei Estadual nº 5970, estabelecendo a estrutura didático-administrativa da EERP/USP e tornando a primeira escola em todo o país a possuir um quadro que colocou-a no nível dos estabelecimentos de ensino

superior. Em maio de 1964, esta Escola foi desanexada da FMRP/USP, tornando-se um estabelecimento de ensino superior e adquirindo sua autonomia didático-administrativa.

Na graduação, a EERP oferece os cursos de Bacharelado em Enfermagem, em período integral e Licenciatura em Enfermagem (períodos vespertino e noturno), iniciado em 2006. Em pesquisas realizadas pela Editora Abril, para o Guia do Estudante, há mais de uma década a EERP lidera o ranking de cursos de graduação no Brasil. Até 2005, a Escola formou 2171 Bacharéis em Enfermagem.

Os cursos de mestrado e de doutorado estão dentre os melhores avaliados pela CAPES. Hoje, a Escola oferece 3 cursos de mestrado e 4 cursos de doutorado. Desde 1975, início do primeiro mestrado, até 10 de agosto de 2006, a Escola formou 682 mestres e 378 doutores. Segundo estatísticas da CAPES, até 2003, a EERP foi responsável pela titulação de 17% e 31% dos mestres e doutores em enfermagem no Brasil, respectivamente.

A produção do conhecimento está alicerçada em 32 grupos de pesquisa, liderados por docentes desta Escola. De acordo com informes do CNPq, 57% das bolsas de produtividade em pesquisa distribuídas no país estão concentradas na EERP, agregando mais um indicador de desempenho favorável. Pela sua atuação em pesquisa, desde 1988 vem sendo designada Centro Colaborador da OMS para o desenvolvimento da pesquisa em Enfermagem, tornando-se a única Escola do Brasil e também a única de língua portuguesa a obter esse selo internacional de qualidade.

A extensão universitária se faz presente pela prestação de assessorias, consultorias, projetos de assistência, oferecimento de cursos com ênfase aos cursos de especialização em diversas áreas e à residência em enfermagem obstétrica e neonatal e eventos científicos e culturais.

A EERP também é responsável pela edição da Revista Latino-americana de Enfermagem e pela SMAD – Revista Saúde Mental, Álcool e Drogas.

Pelo nível de excelência de suas ações acadêmicas, a EERP reúne alunos e profissionais de todas as regiões do Brasil e, ainda, qualificou por meio de seus cursos de Graduação, de Mestrado e de Doutorado, alunos de Angola, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Moçambique, Paraguai e Peru. Em 2006, conta com alunos de Angola, Guiné Bissau, Peru e México.

A EERP também participa de projetos de amplitude nacional e internacional – de ensino, pesquisa e extensão; contribui na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas de saúde, objetivando o desenvolvimento da enfermagem e a melhoria das condições de saúde da população.

Desde 2002, a EERP constitui-se no Capítulo RHO Upsilon da Sociedade Honorífica Sigma Theta Tau Internacional, tornando-se a primeira Escola de Enfermagem da América Latina a compor um capítulo dessa Sociedade.

Informações publicadas na página eletrônica da EERP, em 6 de abril de 2008.

5.2. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Em 1992, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo decidiu implantar em Ribeirão Preto, atendendo a antigas demandas da sociedade, uma Unidade capaz de gerar e difundir conhecimentos nas áreas de Economia, Administração e Contabilidade.

Usufruindo das tradições e competências acumuladas pela FEA em São Paulo, que ao longo de cinco décadas de profícuo trabalho é reconhecida nacional e internacionalmente, a FEARP dá início a sua trajetória.

Localizada no *Campus* de Ribeirão Preto, que ocupa uma das mais ricas fazendas de café do século XIX, a FEARP está instalada em prédio histórico, atualmente tombado como patrimônio cultural (antiga Biblioteca Central), onde procura, com intensa atuação de

seus docentes, alunos e funcionários, manter-se na vanguarda do ensino, da pesquisa e extensão em Economia, Administração e Contabilidade.

Hoje, a FEARP é formada por competentes professores e funcionários que buscam atingir um importante objetivo: proporcionar aos seus estudantes uma sólida formação, que venha a refletir-se num futuro próximo, em uma excelente condição de desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades econômicas sociais e culturais de toda a região.

Dessa forma, a FEARP busca transformar-se em um centro de excelência no estudo da Administração, Contabilidade e Economia, procurando dar, ao mesmo tempo, uma importante contribuição para aprimorar e intensificar a ligação Empresa-Universidade-Comunidade, aperfeiçoando a formação de seus estudantes, enriquecendo a visão dos seus docentes e proporcionando às empresas da região uma oportunidade de desenvolvimento consistente, seguro e efetivo.

A constituição da unidade autônoma trouxe uma nova fase, marcada por uma profunda expansão das atividades. Para a viabilização da autonomia recorreu-se a um período de transição com a presença de professores titulares emprestados da FEA-SP, a fim de que fossem compostos os quadros da escola. Esse período caracterizou-se por um rápido crescimento da escola com a criação dos cursos diurnos de graduação em “Administração” e em “Economia Empresarial e Controladoria” e o início dos programas de mestrado em “Administração das Organizações”, “Controladoria e Contabilidade” e “Economia Aplicada”. Além disso, a FEA-RP passou a participar de cursos de outras unidades, como por exemplo, o curso de Matemática Aplicada a Negócios (MAN) e o de Ciências da Informação e da Documentação (CID), de responsabilidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), que conta com um número significativo de matérias da FEA-RP e também utiliza suas instalações para o oferecimento das aulas.

Com o objetivo de agilizar o contato entre o aluno e o mercado de trabalho, bem como revelar a geração de jovens que está formando, a FEARP conta com um serviço de estágios e empregos. Efetivamente dezenas de convênios já foram firmados com organizações públicas e privadas, com uma demanda cada vez mais crescente.

Como veículo de prática profissional aos alunos da FEARP, a Júnior FEA Consultoria & Planejamento, associação civil sem fins lucrativos, inteiramente gerida pelos próprios alunos, presta assessoria a diversas empresas através de projetos nas áreas de Recursos Humanos, Administração Financeira, Marketing, Organização e Métodos e Custos entre outras. Anualmente a Júnior FEA promove o Jogo da Bolsa uma simulação do mercado financeiro, onde os participantes realizam operações de compra e venda de ouro e ações. O objetivo é fornecer aos alunos um melhor entendimento de como funciona a Bolsa de Valores.

Informações publicadas na página eletrônica da FEARP, em 6 de abril de 2008.

5.3. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto

No dia 1º de junho de 1924, em uma das salas do "Ginásio do Estado" com a presença de altas personalidades e professores, realizou-se a sessão magna de fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto.

Em 5 de março de 1928, por ato do Ministro da Justiça, Viana de Castello, os cursos foram reconhecidos e neste mesmo ano, formava-se a primeira turma de Farmacêuticos e Cirurgiões-Dentistas.

Durante anos, os idealizadores desta Faculdade lutaram para que o Governo do Estado tomasse a si o encargo de mantê-la. Com o apoio unânime da Assembléia Legislativa, em 6 de dezembro de 1958, foi sancionada a Lei 5.015, agrupando a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto ao Sistema Estadual de Ensino Superior, na qualidade de

Instituto Isolado. Assim, após atuar 34 anos como estabelecimento de ensino particular, a Faculdade foi entregue ao Estado, em 1º de janeiro de 1959.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, ainda na qualidade de Instituto Isolado, passou a ser coordenada pela CESESP - Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria de Educação, em fevereiro de 1969, e sob essa égide permaneceu até dezembro de 1974.

Pelo Decreto nº 5407, de 30 de dezembro de 1974, deu-se "a incorporação à Universidade de São Paulo", o que se efetivou a partir de 1º de janeiro de 1975. Na ocasião, a Faculdade, já estava localizada no "Campus USP - Ribeirão Preto" que havia sido criado por Portaria Reitoral de 3 de fevereiro de 1972.

Finalmente, em 10 de março de 1983, pelo Decreto nº 20786 de autoria do então Governador do Estado de São Paulo, José Maria Marim, a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi desmembrada em duas Unidades distintas: a Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto – FCFRP e a Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - FORP, com administrações separadas, vidas autônomas e insígnias próprias, sendo porém, mantidos vínculos quando a diversas disciplinas oferecidas por Departamentos, de ambas Unidades, aos alunos de graduação.

Atualmente, a Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto está constituída por três departamentos integrados didática e cientificamente: Departamento de Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas, Departamento de Ciências Farmacêuticas e Departamento de Física e Química.

Desde os tempos da Faculdade de Farmácia e Odontologia, a partir de sua 1ª turma, em 1928, formaram-se 71 turmas.

Ao longo destes anos, o curso de Farmácia passou por profundas alterações, sempre adequando a sua Estrutura Curricular aos progressos científicos das Ciências

Farmacêuticas, formando profissionais cuja qualidade tem sido reconhecida pelo seu rápido engajamento ao mercado de trabalho.

No ano de 1985, iniciou-se o oferecimento da Modalidade Farmácia-Industrial: O curso, então, foi estruturado em Núcleo Geral com duração de 3 anos e carga horária de 2.805 horas. Após cursar este Núcleo, o aluno optava por uma das Modalidades oferecidas: Farmácia-Bioquímica (Análises Clínicas), Farmácia-Industrial e Farmácia, com cargas horárias de 3.540, 3.645 e 3.105 horas, respectivamente. Ao concluir o curso, após quatro anos, o graduado recebia o diploma com o título correspondente à opção feita.

A introdução da Modalidade Farmácia-Industrial veio atender um anseio antigos dos corpos docente e discente da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto. No entanto, ainda não havíamos alcançado todos os nossos objetivos e iniciamos uma reflexão para adequação da Estrutura Curricular. Os estudos desenrolaram-se com amplos debates e concluiu-se com a definição de uma nova Estrutura Curricular, que começou a ser implantada, em 1989.

Esta Estrutura, que está em vigência até o presente momento, é constituída por um Núcleo Geral, com duração de 3,5 anos e carga horária de 3.015 horas. Concluindo o Núcleo Geral, o graduando opta por uma das Habilitações oferecidas, a saber: Análises Clínicas e Toxicológicas e Fármaco e Medicamento, ambas com carga horária total de 4.470 horas. Após os cinco anos de estudos, o aluno é graduado em Farmácia- Bioquímica e recebe o diploma com o título de Farmacêutico-Bioquímico, acrescido de uma apostila da Habilitação escolhida.

Informações publicadas na página eletrônica da FCFRP, em 6 de abril de 2008.

5.4. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Embora a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) tenha sido criada em 25/06/1959 pela Lei Estadual no 5 377, as suas atividades acadêmicas somente foram efetivamente iniciadas em março de 1964. Através da Portaria publicada no Diário Oficial de 19/02/1963, foi autorizado o funcionamento provisório dos cursos de Biologia, Física, Psicologia e Química. Entretanto, o curso de Física não foi instalado, tendo sido autorizada, em sua substituição, a instalação do curso de Licenciatura em Ciências. Através do decreto no 46.323, publicado no D.O. em 21/05/1966, o governador do estado de São Paulo autorizou oficialmente o funcionamento da FFCLRP.

A implantação dos cursos de Biologia, Psicologia e Química ocorreu no início do ano letivo de 1964, com a colaboração da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, que cedeu não somente as salas para o funcionamento dos cursos, mas, principalmente, os docentes que ministraram aulas em alguns desses cursos. O curso de Licenciatura em Ciências, iniciado em 1966, funcionou somente até 1976. Com duração de apenas três anos (Licenciatura Curta), o seu objetivo era propiciar a formação de professores de ciências para o ensino de primeiro grau.

Duas características foram marcantes no início das atividades da FFCLRP: o Ciclo Propedêutico e a Monografia de Conclusão de Curso.

O Ciclo Propedêutico era um ciclo básico, comum a todos os cursos, com um ano de duração, ao final do qual cada aluno optava por sua respectiva área de especialidade. Já naquela época existia na FFCLRP uma preocupação com uma formação básica interdisciplinar dos estudantes, o que teria uma forte influência em seus futuros trabalhos de pesquisa.

A preparação dos alunos para realizar pesquisas científicas foi a segunda característica marcante da FFCLRP. Até 1971, todos os cursos exigiam de seus alunos uma pesquisa orientada por um de seus docentes, que era apresentada sob a forma de Monografia de Conclusão de Curso, tendo sido concluídas mais de 500 monografias. Apesar da Monografia ter sido extinta da Estrutura Curricular, a partir de 1972, os Departamentos de Biologia e de Psicologia e Educação ainda a mantêm como requisito para a conclusão dos cursos. No Departamento de Química, ela foi substituída por um estágio obrigatório, com a duração de 240 horas, que pode ser realizado no próprio Departamento, em outras Unidades ou junto às indústrias.

Em 30/12/1974, através do Decreto Governamental no 5.407, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto foi incorporada à Universidade de São Paulo e integrada ao *Campus* da USP de Ribeirão Preto.

Até último levantamento, realizado em dezembro de 2007, 6013 profissionais já haviam sido formados pela FFCLRP-USP, dos quais 135 em Licenciatura em Ciências, 522 em Bacharelado em Ciências Biológicas; 1064 em Licenciatura em Ciências Biológicas; 633 em Bacharelado em Psicologia; 887 em Licenciatura em Psicologia; 1272 em Psicólogo; 591 em Bacharelado em Química; 562 em Licenciatura em Química; 159 em Habilitação em Química Tecnológica; 76 Licenciatura em Pedagogia, 70 em Física Médica, 24 Bacharel em Ciência da Informação e Documentação e 18 em Bacharelado em Informática Biomédica.

Atualmente, a FFCLRP-USP está estruturada em quatro Departamentos: o de Biologia; o de Física e Matemática; o de Psicologia e Educação e o de Química. Estes Departamentos formam Licenciados e Bacharéis em Biologia, Psicologia, Pedagogia e Química, bem como Bacharéis Ciências da Informação e da Documentação, em Física Médica, em Informática Biomédica, em Matemática Aplicada a Negócios, em Bacharelado

com Habilitação em Química Tecnológica, Biotecnologia e Agroindústria, Bacharelado com Atribuições em Química Tecnológica, Bacharelado em Química Forense e Psicólogos.

A FFCLRP-USP ocupa uma área construída de aproximadamente 26.531,34 m², e estende os seus serviços à comunidade através de vários centros ligados aos diferentes Departamentos, tais como o Centro Brasileiro de Investigações sobre o Desenvolvimento e Educação Infantil (CINDEDI); o Centro de Ensino Integrado de Química (CEIQ), o Centro de Instrumentação, Dosimetria e Radioproteção (CIDRA), o Centro de Psicologia Aplicada (CPA), o L@ife - Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador e a Rede SACI - COM.VIVER - Centro de Informação e Convivência.

Informações publicadas na página eletrônica da FFCLRP, em 6 de abril de 2008.

5.5. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Em São Paulo, 1948, votou-se lei contemplando várias cidades paulistas com diferentes cursos superiores. À sociedade de Ribeirão Preto, que reclamava sediar uma Universidade do Interior, destinou-se uma Faculdade de Medicina, aceita de bom grado na certeza de vir a ser a "célula mater" daquele ideal". O encaminhamento da execução da lei mostrou-se inviável, passando pela emenda da subordinação da futura escola à USP, que por zelo à qualidade do ensino médico era, manifestamente contrária. Não obstante, o então Reitor Ernesto Leme recebeu do Governador do Estado sua decisão política: "... instalação imediata..." da Faculdade de Medicina em Ribeirão Preto.

O embrião da estrutura didático-filosófica da FMRP estribou-se no conjunto de proposições elaborado pelo Congresso Pan-Americano de Educação Médica, realizado em Lima, no ano de 1951: 1) sistematização da educação médica: a) curso normal de ciências médicas, b) curso de pós-graduação; 2) tendência para medicina preventiva; 3) alicerçar-se na

clínica médica; 4) ministrar cursos normais para as disciplinas essenciais; 5) adotar sistema departamental: fusão das cátedras de clínica médica em Departamento de Clínica Médica e as de clínica cirúrgica em Departamento de Cirurgia e suas respectivas interações com laboratórios de patologia; 6) número de matrículas limitado, ou seja proporcional à capacidade didática; 7) obrigatoriedade do internato; 8) seleção de alunos com critérios científico, moral e psicológico.

A estas recomendações somavam-se, ainda, a adoção do tempo integral para as disciplinas básicas e clínicas, criação de uma Escola de Enfermagem e a construção de um Hospital Escola. Consta que a afirmação destas linhas mestras satisfaziam às exigências da Fundação Rockefeller para futuro apoio financeiro a Faculdade de Medicina e que estes entendimentos não teriam vindo a público pelo nacionalismo exarcebado do Brasil de então. Certo é que estes financiamentos vieram logo após sua criação e muito ofereceram à FMRP em termos de aprimoramento de professores, estruturação de departamentos, equipamentos de laboratórios e serviços da Faculdade e do Hospital das Clínicas.

Releve-se que implantar "numa terra de chão" uma Faculdade de Medicina com propósitos inovadores - ensino, pesquisa e prestação de serviços - linhas mestras que até hoje a norteiam, não foi tarefa fácil. De seu funcionamento no porão da Rua Visconde de Inhaúma sobrepõem as dificuldades, o idealismo e a certeza de desenvolver a investigação científica, antes patrimônio de alguns poucos Institutos entre os quais, Manguinhos, Butantã e Biológico.

Vestibular e primeiras aulas ocorreram em abril e maio de 1952, em meio a dificuldades, tendo na Faculdade de Odontologia e Farmácia e na Santa Casa de Misericórdia suportes físicos às aulas teóricas e práticas. Posteriormente decidiu-se que a Faculdade se instalaria nos prédios de Escola Prática de Agricultura. Em meio a resistência de alguns

segmentos sociais da cidade, efetivou-se a idéia, contribuindo estas instalações para a afirmação da nova escola.

O Hospital das Clínicas, indispensável ao bom ensino médico, teve na Fundação Sinhá Junqueira, a partir de 1956, por cessão de direito sua melhor estruturação, enquanto o de Monte Alegre, teve construção lenta pelas dificuldades financeiras, somente inaugurado 22 anos depois. Hoje ambos prestam inestimáveis serviços à comunidade como um todo, pois atendem não só populações carentes, como também, segmentos socialmente diferenciados - via Clínica Civil. Pode-se dizer que os professores vivenciam o princípio do "tempo integral geográfico".

O internato obrigatório às Escolas Médicas do país, a partir do ano de 1970, já integrava o currículo da FMRP desde sua primeira turma, sempre trabalhado na relação professor-aluno como fundamental à postura ética, conhecimento e entendimento integral da doença, na visão bio-psico-social.

Os cursos de pós-graduação "stricto sensu" institucionalizados nos anos setenta por vontade do Estado, já eram aqui ministrados, pelo agora chamado "Sistema Antigo" com registro de 149 doutorados. Implantou-se a nova política educacional entre os anos 70 e 71. Foi possível funcionar seis cursos em áreas básicas e sete em áreas aplicadas; de maneira gradativa, mais cinco áreas foram instituídas, somando-se 18 áreas que integram, até os dias de hoje, o Programa de Pós-Graduação da FMRP, "centro formador e multiplicador de docentes e pesquisadores".

Observe-se que nos últimos anos ocorreu uma seqüência de ações, como reforma curricular e administrativa, criação de suporte psico-pedagógico, e Assessoria Cultural, ampliações do espaço físico, já conquistadas e outras em andamento e ou planejadas, modernização dos laboratórios, implantação de núcleos de tecnologia educacional e de sistema de computação pelo qual se intercomunicam alunos, professores, administração e o

mundo como um todo, contratação de pesquisadores nacionais ou estrangeiros de comprovado valor com atuação nas áreas básicas e clínicas, e sobretudo apoio contínuo as solicitações dos professores da Casa a fim de que possam reciclar-se de forma constante, principalmente no exterior.

Informações publicadas na página eletrônica da FMRP, em 6 de abril de 2008.

5.6. Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

Conforme vimos na apresentação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, página 67, em 10 de março de 1983, pelo Decreto nº 20786 de autoria do então Governador do Estado de São Paulo, José Maria Marim, a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi desmembrada em duas Unidades distintas: a Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto – FCFRP e a Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – FORP.

A Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto oferece, anualmente, 80 vagas para o curso de graduação em Odontologia.

Possui cursos de pós-graduação no Programa de Odontopediatria (Mestrado), Periodontia (Mestrado), Reabilitação Oral (Mestrado e Doutorado) e Odontologia Restauradora (Mestrado e Doutorado), todos reconhecidos pela CAPES.

Oferece também, Cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu" e cursos de Extensão Universitária (Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização e Difusão) em diversas áreas.

A Supervisão de Clínicas, instituída pela Congregação da FORP - USP em 1982, tem como objetivo racionalizar, organizar e administrar as clínicas e laboratórios didáticos bem como, setores fundamentais como esterilização, lavanderia, manutenção de equipos,

distribuição e dosagem de materiais odontológicos e o Serviço de Pronto Atendimento em Urgência, Emergência e Triagem de Pacientes.

As clínicas contam com 197 consultórios instalados em 7 clínicas que atendem alunos do curso de graduação, especialização, pós-graduação e estagiários.

A FORP tem apresentado um significativo aumento, qualitativo e quantitativo, da produção de conhecimento científico, dada a sua crescente produção (publicação de artigos científicos em periódicos de impacto elevado), como também aumento na obtenção de recursos extra-orçamentários junto às Instituições de Fomento.

Além das atividades de ensino e pesquisa, a FORP presta diversos serviços à comunidade, realizando vários tipos de procedimentos odontológicos, dos mais simples aos mais complexos. O apoio da Reitoria da Universidade de São Paulo possibilitou à FORP a recuperação de espaços físicos e a instalação de novos equipamentos, que permitem à população receber atendimento odontológico de acordo com as Normas de Biossegurança.

- a) A FORP vem dando continuidade à prestação de serviços à comunidade, por exemplo:
Atendimento a Pacientes Portadores de Necessidades Especiais no Centro de Formação de Recursos Humanos Especializados no Atendimento a Pacientes Especiais;
- b) Atendimento a "Bebês Especiais" (projeto pioneiro no Brasil);
Centro Integrado de Estudos de Deformidades da Face (CIEDEF), em parceria com o Serviço de Cirurgia de Cabeça e Pescoço da FMRP/USP;
- c) Serviço de Atendimento ao Paciente Mutilado da Face;
- d) Programa de Saúde da Família, projeto desenvolvido em parceria com a FMRP/USP, que tem como objetivo oferecer atendimento à comunidade nos quatro Núcleos de Trabalho do Centro de Saúde Escola;

- e) Núcleo de Odontogeriatrics, cujo o objetivo é orientar o idoso quanto à saúde bucal, principalmente em relação às próteses totais (dentaduras): higienização de prótese, uso de cremes dentais específicos, cuidados no seu manuseio e durabilidade;
- f) Participação dos docentes da Área de Odontologia em Saúde Coletiva no Pólo de Educação Permanente no Núcleo de Ribeirão Preto.
- g) Participação dos docentes da Área de Odontologia em Saúde Coletiva na organização do Distrito Escola na cidade de Ribeirão Preto.

Informações publicadas na página eletrônica da FORP, em 6 de abril de 2008.

5.7. Quadro 2 - Dados Gerais das Unidades de Ensino do *Campus* Ribeirão Preto - 2008

UNIDADE	ALUNOS GRADUAÇÃO	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO	DOCENTES	FUNCIONÁRIOS
1. EERP	483	363	90	109
2. FEARP	1179	150	75	49
3. FCFRP	475	275	89	168
4. FFCLRP	1608	510	170	185
5. FMRP	1320	1378	300	482
6. FORP	317	122	94	165

Fonte: Assessoria de Imprensa do *Campus* Ribeirão Preto

Nota:

- 1. EERP - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
- 2. FEARP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
- 3. FCFRP - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto
- 4. FFCLRP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
- 5. FMRP - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
- 6. FORP - Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

CAPÍTULO 6

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como propósito apresentar os dados coletados nas entrevistas, durante a pesquisa de campo. Os dados serão apresentados separadamente, de acordo com o assunto abordado na referida pesquisa.

6.1. Entrevistas

Foram entrevistadas cinco pessoas, sendo um professor e quatro funcionários. Não foi possível agendar entrevista com a analista acadêmica da EERP, assim como não foi recebido todo o questionário respondido por *e-mail*.

Segue relação dos profissionais entrevistados e a maneira como as informações foram obtidas, se por meio de entrevistas ou recebimento do questionário respondido por *e-mail*:

Quadro 3 – Relação dos entrevistados – Unidades do *Campus* Ribeirão Preto

UNIDADE	ENTREVISTADO	CARGO	PARTE B - QUESTIONÁRIO RESPONDIDA POR:
1. EERP	Sra. Ida Mara Brunelli	Assistente Acadêmica	<i>E-mail</i> (4 primeiras perguntas)
2. FEARP	Sra. Cristina Bernardi Lima	Assistente Acadêmica	Entrevista
3. FCFRP	Sr. Cleber José Lupacchini	Assistente Acadêmico	Entrevista
4. FFCLRP	Sra. Denise Lucia T. Morgon	Secretária – Diretoria	<i>E-mail</i>
5. FMRP	Prof. Dr. Klaus Hartmann Hartfelder	Presidente da Comissão de Relações Internacionais da FMRP	<i>E-mail</i>
6. FORP	Sra. Luci Rose Nassif Menezes	Assistente Acadêmica	Entrevista

Nota:

1. EERP – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
2. FEARP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
3. FCFRP - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto
4. FFCLRP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
5. FMRP - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
6. FORP - Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

6.2. Tópicos da pesquisa qualitativa do questionário:

6.2.1. Tempo médio para aprovação dos convênios

A partir da aprovação do convênio pela Unidade, o período necessário para o cumprimento de todas as etapas da sua formalização depende de ambas as partes (USP e a universidade estrangeira) estarem em comum acordo quanto aos pormenores do convênio. Os entrevistados informaram que esse tempo pode variar, uma vez que as Unidades podem deparar-se com alguns entraves, que dificultam a formalização do convênio.

Dentre as dificuldades levantadas para a formalização de convênios, estão:

- a exigência da universidade estrangeira em celebrar o convênio de acordo com um modelo próprio, diferente do modelo proposto pela Universidade de São Paulo;
- cláusulas do convênio em desacordo com as exigências de uma das partes - até que as universidades cheguem a um consenso, o tempo é uma variável infinita, havendo, inclusive, casos em que o acordo não é estabelecido em razão de uma das partes defender que uma cláusula específica é imprescindível para a celebração do convênio, que, conseqüentemente, não é firmado;
- a demora na assinatura do convênio por uma das partes, mesmo que o mesmo já tenha sido aprovado por ambas.

Segundo o Sr. Cleber Lupacchini, Assistente Acadêmico da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, atualmente os convênios não têm demorado muito para serem formalizados:

“Atualmente, com os convênios que estão sendo estabelecidos com as instituições internacionais, tem levado, em média, de dois a três meses, mais ou menos, mais ainda por que nós estávamos em um processo de aprendizagem. Quando o convênio é aprovado e assinado pela Reitora, o convênio volta para a Unidade e é encaminhado para a outra parte interessada; eles providenciam as cópias com as assinaturas e aí o convênio já está pronto para ser utilizado.”

A resposta pode ser bem diferente diante das experiências vividas por cada unidade. O Prof. Dr. Klaus Hartfelder, Presidente da Comissão de Relações Internacionais da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, respondeu que:

“Se a pergunta for referente à data de assinatura de convênio (formalização) pelos representantes das respectivas instituições, a resposta é: depende. Depende do país/instituição conveniada, depende da documentação apresentada. Portanto, nota-se a importância de um bom aconselhamento e acompanhamento das propostas na fase da preparação de cada uma.”

A Sra. Ida Mara Brunelli, Assistente Acadêmica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto também tem notado a morosidade para a formalização dos convênios da sua Unidade:

“O objeto do convênio e o correspondente plano de trabalho, existência de financiamento e se a minuta proposta segue o padrão da instituição estrangeira são fatores que interferem na tramitação do processo na Reitoria.”

6.2.2. Informações básicas dos cursos oferecidos pelas Unidades, nas línguas inglesa e espanhola, em suas páginas eletrônicas, *folders* e cartazes

A página eletrônica da maioria das Unidades não apresenta informações de seus cursos oferecidos em inglês. As deficiências das páginas eletrônicas, muitas vezes, são percebidas pelos próprios funcionários das Unidades, como é o caso da Sra. Luci Menezes,

Assistente Acadêmica da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto:

“A minha página não possui muitas informações sobre convênios, ela está dentro de um link “convênios”, mas só em português. Ela não é muito clara, não é muito específica, porque na minha Unidade, cada setor é responsável pela alimentação da página e nós não dominamos isso e além de não dominar, nós também não temos tempo.”

Das seis Unidades analisadas, apenas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto respondeu positivamente quanto à tradução das informações sobre os cursos oferecidos pela Unidade na língua inglesa, tanto na página eletrônica da Faculdade como em *folders* e cartazes.

As assistentes acadêmicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto responderam que já foram confeccionados *folders* na língua inglesa. Quanto às demais Unidades, estas não possuem *folders* com as informações de seus cursos oferecidos na língua inglesa.

6.2.3. Informações sobre os convênios firmados pelas Unidades em suas páginas eletrônicas

Das seis Unidades que responderam ao questionário, cinco informaram que suas respectivas páginas eletrônicas estão em fase de elaboração, seja pela recente criação da página da Comissão Internacional ou devido às páginas eletrônicas, como um todo, estarem em fase de reformulação.

A Sra. Luci Menezes, da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, informou que os nomes dos convênios constam na página eletrônica da sua Unidade, todavia, devido à formalização de outros convênios recentemente, a página ficou desatualizada:

“Na página tem os nomes dos convênios que nós celebramos, um esclarecimento sobre os convênios internacionais, plano de trabalho, temos algumas fotos e depoimentos. Nós temos alguns alunos que foram para o México no ano passado e no ano retrasado, um deles nos mandou o relatório. Talvez por conta de nós não termos uma seção responsável só por convênios, as informações ficam desatualizadas. Nós já celebramos mais dois convênios depois desse, mas nós ainda não atualizamos na página.”

A maioria das Unidades informou que os convênios estão disponíveis no site da CCInt, como é o caso da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto:

“As informações sobre os convênios que estão na página fazem link com a CCInt USP. Todos os nossos convênios estão cadastrados na página da CCInt.”

6.2.4. Capacitação de fluência em outros idiomas dos funcionários da área acadêmica

Dentre as Unidades analisadas, três responderam que, em meio a seus funcionários da área acadêmica, de um a três deles teriam fluência no idioma inglês, no nível intermediário. Já a Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto afirmou que seus funcionários não têm fluência na língua:

“Nenhum dos nossos funcionários está capacitado para atender. Então o que tem acontecido normalmente é o próprio coordenador do convênio quem dá essa orientação, essa retaguarda. Normalmente na chegada dos docentes, já houve um contato entre o coordenador e o docente.”

Os funcionários da área acadêmica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto estão, aparentemente, um pouco mais capacitados para se comunicar com estrangeiros em inglês e em espanhol em relação às demais Unidades: uma funcionária com proficiência em inglês e em espanhol; uma funcionária com inglês intermediário; uma funcionária com inglês e espanhol básico e duas funcionárias cursando inglês básico.

6.2.5. Recursos financeiros para a evolução do processo de internacionalização nas Unidades

De um modo geral, as Unidades responderam que os recursos não são suficientes para as atividades de internacionalização, seja para o financiamento de viagens de professores e alunos para participação em eventos científicos no exterior, como também para o treinamento de funcionários para as línguas inglesa e espanhola, ou mesmo para a realização de eventos e recepção de docentes estrangeiros.

Na opinião da Sra. Cristina Lima, Assistente Acadêmica da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, os recursos estão muito aquém do ideal:

“[...] os recursos são muito pequenos. Basicamente esses recursos são da CCInt Central da USP, que é de R\$ 1.500,00, no máximo, para cada viagem que o professor faz. E mesmo assim, é recurso escasso, não tem toda hora que o professor precisa. Agora tem outra linha de financiamento para alunos de graduação, que é o PRÓ-INT, pela Pró-Reitoria de Graduação. Esse recurso ainda não está sendo praticamente usado, porque é novo. Eu acho que as pessoas ainda não sabem direito para pedir, então isso deve começar a ser mais usado. Também não é uma verba muito grande, mas de qualquer forma, vai ter um pouco de auxílio para alunos. Mas para professor, a verba é muito pequena, que é só pela CCInt, pois pela Faculdade ainda não temos verba para isso.”

Contraditoriamente, o Sr. Cleber Lupacchini, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, entende que não faltam recursos financeiros:

“Eu não tenho conhecimento que algum docente tenha deixado de viajar por falta de recursos. Já tivemos vários alunos que tinham até apresentação em congresso, mas os recursos não foram suficientes. A nova medida para auxiliar os alunos nas viagens para o exterior está bem regulamentada nos dias de hoje. Normalmente os docentes conseguem financiamento pela FAPESP ou pela CCInt. Eu acho que no estado de São Paulo a FAPESP tem auxiliado mais do que a CAPES ou o CNPq.”

6.2.6. Dificuldades encontradas pelas Unidades no processo de internacionalização

As dificuldades relatadas pelas Unidades variam, dependendo de sua estrutura organizacional, como abaixo explicitado:

- falta de habilidade técnica dos funcionários na elaboração e/ou tradução de convênios e documentos específicos, assim como a fluência dos funcionários, e mesmo alguns docentes, para se comunicar, ao menos na língua inglesa;
- estrutura organizacional das Unidades não adequada para dar suporte às atividades de internacionalização, como por exemplo: recepção de estrangeiros, apoio logístico para professores e alunos estrangeiros; e tutoria para estes alunos;
- página eletrônica, em sua maioria, sem informações de seus cursos em outros idiomas, dificultando, assim, o intercâmbio de alunos e professores estrangeiros com a USP;
- falta de apoio financeiro de instituições e de patrocinadores para os projetos de pesquisa com a participação de alunos e professores de universidades estrangeiras;
- morosidade nos procedimentos burocráticos na USP e fora dela;
- falta de empenho dos professores em estimular os intercâmbios, desenvolvimento de pesquisas conjuntas e, inclusive, visitas às universidades estrangeiras.

A Sra. Luci Menezes da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, aponta os prejuízos da carência de um profissional qualificado e específico para atender à demanda das atividades de internacionalização em sua Unidade:

“[...] as bolsas Santander – Banespa, porque nenhum aluno da minha Unidade se manifestou? Eu orientei cinco alunos da primeira turma a fazer seus planos de estudo e sobre quais docentes eles poderiam buscar, mas como eu não posso estar bem próxima a eles, por conta do tempo, eu acho que falta um funcionário qualificado disponível para isso.[...] Então a falta de recursos humanos e qualificado para isso na minha Unidade é uma das coisas que mais pesa: a dificuldade da gente conseguir a internacionalização.”

6.2.7. Melhores práticas realizadas dentro e fora das Unidades para evoluir no processo de internacionalização

As melhores práticas para a evolução no processo de internacionalização, destacadas pelas Unidades, foram:

- contato dos docentes e pós-graduandos com pesquisadores no exterior para a formalização de convênios, por ocasião de suas viagens ou participação em eventos científicos;
- disposição das Comissões Acadêmicas e Diretoria na agilização dos trâmites de formalização dos convênios;
- investimentos na capacitação de funcionários e docentes;
- oferecimento de disciplinas em outros idiomas;
- maior divulgação das pesquisas desenvolvidas;
- aumento dos trabalhos publicados em revistas e periódicos internacionais;
- troca de experiências com as outras Unidades do *Campus*;
- busca de recursos externos;
- criação de Comissões de Relações Internacionais nas Unidades, a fim de viabilizar os procedimentos de internacionalização;

- Sistema Mobilidade online da CCInt para matrícula de alunos estrangeiros e de inscrição em programas para alunos da USP;
- melhoria nas páginas eletrônicas de algumas Unidades e da CCInt;
- divulgação constante de ofertas de vagas, bolsas etc;
- contratação de funcionários que atuem, especificamente, na área de internacionalização;
- criação do Grupo Assessor de Convênios na Reitoria.

Apesar de nem todos os itens acima descritos serem praticados pelas Unidades, estes são apontados como práticas que podem viabilizar os processos de internacionalização na Universidade.

i. 6.2.8. Planejamento das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização

As Unidades, em sua maioria, não possuem um planejamento formal para aperfeiçoar o processo de internacionalização, com objetivos claros, procedimentos e metas. Nos casos em que há um planejamento, as ações ainda não estão concretizadas, tendo em vista que a criação da Comissão de Relações Internacionais, nas Unidades em que existe, é recente e os procedimentos e atividades de internacionalização ainda não foram elaborados adequadamente e divulgados aos seus alunos e docentes.

Algumas Unidades citaram, em seus Planos de Metas, o processo de internacionalização. Percebe-se, entretanto, que, apesar de existir teoricamente, o planejamento não é colocado em prática pelos seus dirigentes.

6.2.9. Sugestões das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização da USP como um todo

As Unidades sugeriram vários pontos para melhorar a internacionalização em toda a Universidade de São Paulo. Abaixo apontam-se os itens levantados:

- registro das atividades da USP, a fim de avaliar os indicadores de internacionalização;
- melhoria da infra-estrutura para recepção dos estrangeiros;
- delegação de competência aos diretores das Unidades para a formalização dos convênios específicos;
- investimento na contratação de profissionais de nível superior para atuar na área;
- busca de novos convênios para todas as áreas da USP
- garantia do número de vagas específicas por área, evitando, assim, que cada faculdade tenha que instituir convênios específicos;
- investimento no treinamento de funcionários de apoio e de professores para oferecimento de disciplinas/ cursos em línguas estrangeiras;
- oferecimento de cursos de português para estrangeiros;
- desenvolvimento de convênios, visando duplo diploma;
- reconhecimento da atividade internacional no Estatuto e no Regimento da USP, a fim de estabelecer a importância das atividades de internacionalização, de uma maneira geral;
- criação da categoria de aluno intercambista, que chega ao país através de intercâmbio e faria a matrícula nesta situação específica;

- definição de estratégias programáticas (programas, atividades de pesquisa e atividades extracurriculares) e de organização (governança, operações, serviços e recursos humanos);
- apoio para que as Unidades tenham seus *sites* nas versões inglesa e espanhola;
- criação da Comissão de Relações Internacionais em todas as Unidades da USP;
- melhoria da infra-estrutura nos *Campi* para recebimento de alunos e professores estrangeiros.

6.2.10. Avaliação que as Unidades mereceriam no aspecto internacionalização, segundo a percepção dos entrevistados

A nota da avaliação (escala de 0 a 10), na opinião dos entrevistados, variou entre seis e oito no aspecto internacionalização, sendo que o entrevistado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto não respondeu à pergunta. As questões que basearam as notas das avaliações feitas estão listadas abaixo.

- poucos convênios firmados, cabendo ressaltar que, destes, alunos e professores participam ativamente;
- criação recente da Comissão de Relações Internacionais em sua Unidade;
- empenho da Comissão Internacional em realizar atividades de internacionalização: firmar novos convênios, estimular intercâmbios e promover eventos;
- número de pesquisadores atuantes nos convênios;
- omissão dos dirigentes em estipular suas metas em prol da internacionalização de suas Unidades e, conseqüentemente, falta de política de internacionalização para mobilizar alunos e docentes nas suas atividades;

- verba de treinamento escassa e mal direcionada para funcionários que atuam na área.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE DOS RESULTADOS

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise geral dos resultados obtidos nas entrevistas de campo.

A análise geral desses resultados será apresentada na sequência em que foi respondido o questionário proposto, analisando-se cada um dos pontos levantados. Espera-se, desta forma, atingir os objetivos específicos, enunciados na introdução do presente trabalho.

Com essa finalidade, serão analisadas as informações qualitativas das Unidades do *Campus* Ribeirão Preto quanto ao processo de internacionalização, tais como:

- a partir da aprovação do convênio, qual o tempo médio para cumprir todas as etapas da sua formalização;
- informações básicas dos cursos oferecidos pelas Unidades, nas línguas inglesa e espanhola em suas páginas eletrônicas, *folders* e cartazes;
- capacitação de fluência em outros idiomas dos funcionários da área acadêmica;
- recursos financeiros das Unidades e da Reitoria investidos nas atividades de internacionalização (financiamento de viagens de professores e alunos para participação em eventos científicos no exterior, treinamento de funcionários para língua inglesa e espanhola, entre outras);
- dificuldades encontradas pelas Unidades nos seus processos de internacionalização;
- melhores práticas realizadas dentro e fora de suas Unidades nos processos de internacionalização;
- planejamento das Unidades para aprimorar o processo de internacionalização;
- sugestões das Unidades para aprimorar o processo de internacionalização da

USP como um todo;

- avaliação que as Unidades mereceriam no aspecto internacionalização, segundo a percepção dos entrevistados.

7.1. Tempo médio para cumprir todas as etapas da formalização dos convênios

Após a aprovação/aceite do convênio por ambas as partes (Universidade de São Paulo e a universidade estrangeira), o tempo médio para que o convênio seja formalizado depende tanto da estrutura das Unidades e Reitoria, como da universidade estrangeira.

Conforme informação obtida em entrevista, antigamente, o modelo dos convênios internacionais da USP citava a Lei de número 8.666, de 21/6/1993, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e outras providências. Citou-se, destarte, que em razão da inclusão de tal lei ao convênio, houve experiência em que a universidade estrangeira se negou a assinar o convênio, e, apesar de os professores terem realizado pesquisas em conjunto, não foi firmada nenhuma parceria. Esse possível obstáculo na consolidação de convênios foi eliminado assim que a USP começou a incentivar o seu processo de internacionalização, excluindo a citação da lei, reescrevendo a cláusula da seguinte forma: “Da propriedade intelectual resultante do trabalho: Serão definidas pelas partes e deverão estar de acordo com as disposições legais. Aquelas que efetivamente forem resultantes dos trabalhos devem ser reconhecidas.”

Um dos entraves levantados pelas Unidades é a inexistência de funcionários qualificados e que possam trabalhar, exclusivamente, com as atividades de internacionalização. Os profissionais que atuam na área acadêmica não estão capacitados a traduzir convênios ou documentos em outras línguas e, por isso, necessitam buscar apoio nos próprios coordenadores dos convênios, contratar profissionais ou, ainda, solicitar auxílio para

a CCInt. Devido à estrutura enxuta que a USP procura ter, os funcionários são pressionados a realizar suas atividades cotidianas com presteza, sobretudo aquelas que, em muitos casos, são advindas de pedidos urgentes. Conseqüentemente, o andamento na formalização dos convênios não é tratado com prioridade. Obviamente, as universidades estrangeiras também podem enfrentar o mesmo problema, já que o quadro de funcionários das organizações, de um modo geral, não costuma atender adequadamente à demanda de trabalho.

Nota-se que, nos casos em que o contato pôde ser mais direto, conforme destacado pelos entrevistados, como ocorre quando docentes da USP possuem bom relacionamento com a universidade estrangeira que irá visitar ou mesmo realizar pesquisas, a formalização do convênio pode ser mais rápida, justificando a necessidade de funcionários estritamente dedicados ao contato com instituições no exterior.

7.2. Páginas eletrônicas, *folders* e cartazes com informações básicas dos cursos oferecidos e dos convênios em língua inglesa e espanhola

Conforme citado nas entrevistas, as páginas eletrônicas das Unidades do *Campus* de Ribeirão Preto estão sendo reformuladas, devido à recente criação da Comissão de Relações Internacionais em suas Unidades.

Pela falta de um planejamento mais pragmático na maioria das Unidades quanto à atualização de suas páginas eletrônicas, e sem o devido acompanhamento de seus dirigentes, percebe-se que mesmo as informações em português ficam desatualizadas com frequência. Diante da falta de atualização das páginas eletrônicas na língua portuguesa, apreende-se a dificuldade de as informações básicas dos cursos oferecidos e dos convênios firmados nas línguas inglesa e espanhola serem disponibilizadas aos estrangeiros. No caso da página eletrônica principal da USP, as informações foram traduzidas, muito recentemente, nas

línguas inglesa, espanhola e francesa, embora a Reitoria já cobrasse há algum tempo que as Unidades traduzissem seus *sites* nas línguas inglesa e espanhola, a fim de estimular a procura dos estrangeiros pela Universidade.

É preciso destacar que, em razão da facilidade de acesso de páginas eletrônicas via Internet, alunos e professores estrangeiros que tenham interesse em nos visitar, provavelmente, procurem informações sobre os cursos oferecidos nos *sites* das Unidades. Uma vez que a língua portuguesa não é uma das mais faladas no mundo, a indisponibilidade de informações em inglês e em espanhol, dificulta o acesso às informações por estrangeiros, compreendendo em mais um entrave para o processo de internacionalização.

As informações dos convênios firmados, em idiomas mais comumente falados, são essenciais para incentivar os alunos da Universidade de São Paulo, assim como estrangeiros a participar dos intercâmbios e esclarecer eventuais dúvidas. Dentre as informações importantes que devem conter as páginas eletrônicas estão a apresentação da universidade estrangeira com a qual foi firmado convênio, bem como a devida apresentação da própria USP, o atual número de vagas, procedimentos para participar de intercâmbios, documentos e requisitos necessários; fotos e depoimentos daqueles que já participaram anteriormente.

As informações traduzidas em inglês e em espanhol nos *folders* e cartazes são igualmente importantes. A divulgação pessoal feita por alunos, docentes e funcionários e a disponibilização de material pelo *campus* pode atrair interessados. Os materiais de divulgação ainda podem ser distribuídos em eventos internacionais, a pessoas do mundo todo, criando, assim, mais uma porta de acesso para a internacionalização da USP.

7.3. Capacitação de fluência em outros idiomas dos funcionários da área acadêmica

Através dos depoimentos colhidos, percebe-se que a maioria dos funcionários da

área acadêmica não está capacitada a atender os estrangeiros e, normalmente, necessita da retaguarda dos professores envolvidos nos convênios. Na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, por exemplo, foi relatado que os coordenadores dos convênios mantêm contato constante com os estrangeiros que visitarão a Faculdade e até os hospedam em suas próprias casas, mantendo com eles uma relação muito próxima.

Devido à falta de capacitação dos funcionários qualificados para manter contato por *e-mail* ou por telefone com universidades, estudantes ou pesquisadores estrangeiros, a fim de esclarecer dúvidas ou dirimir questões que concernem à área acadêmica, ou mesmo para traduzir documentos específicos ou convênios, torna-se necessário, muitas vezes, o apoio dos professores, conforme exemplificado anteriormente, ou a contratação de serviços de tradução.

Embora a Reitoria tenha percebido o aumento da demanda nos processos de internacionalização e as Unidades, por sua vez, têm solicitado a contratação de funcionários de nível superior, com o objetivo de que as atividades de internacionalização possam ter o acompanhamento de um profissional realmente qualificado em diferentes idiomas; a autorização somente da contratação de funcionários de nível técnico para tratar das relações internacionais das Unidades tem sido uma constante, conforme informado nas entrevistas.

Entretanto, a contratação destes funcionários tem se mostrado paliativa. Constantemente, funcionários de nível técnico, ao se especializarem, deixam suas funções para ocuparem postos melhores no mercado de trabalho, com remuneração condizente com o seu conhecimento em línguas e experiência em relações internacionais.

Conforme explicitado anteriormente, no presente trabalho, é imperativa para a USP a estruturação da área de relações internacionais nas Unidades. Daí a necessidade da contratação de funcionários de nível superior, melhor remunerados e satisfeitos com o cargo que ocupam, uma vez que pode atuar conforme sua formação acadêmica.

Esse profissional seria responsável por estruturar as atividades de

internacionalização de sua Unidade, fazendo o acompanhamento da formalização dos convênios; a atualização devida da página eletrônica; organizaria e atuaria ativamente na recepção e apoio aos estudantes, docentes e pesquisadores que estivessem na Universidade, buscaria novas parcerias para o investimento em projetos e convênios, entre tantas outras funções que o cargo demandaria e que hoje sobrecarregam os funcionários da área acadêmica.

Outro ponto a salientar refere-se à verba de treinamento destinada às Unidades. Esta é insuficiente para investir na capacitação dos funcionários de um modo geral, mesmo que fosse destinada somente para os que trabalham na área de relações internacionais das Unidades.

Além do fato de que as Unidades do *Campus* de Ribeirão Preto estarem encontrando dificuldades para se estruturarem na área de internacionalização, conforme apontado anteriormente, estas não podem contar com o apoio de uma CCInt com a mesma estrutura que o *Campus* de São Paulo possui. Recentemente, foi criado o Centro de Apoio ao Professor e ao Estudante Estrangeiro – CAPEE do *Campus* de Ribeirão Preto, que tem por objetivo informar e orientar o estrangeiro quanto aos procedimentos para se estabelecerem no Brasil. O CAPEE busca proporcionar aos usuários uma inserção social em Ribeirão Preto, através do oferecimento de notícias sobre eventos culturais e acadêmicos. Temos, ainda, no *Campus* de Ribeirão Preto uma Comissão de Cooperação Internacional, que divulga constantemente a oferta de vagas e bolsas em programas internacionais.

7.4. Recursos financeiros para a evolução do processo de internacionalização nas Unidades

Durante a coleta de dados e aplicação dos questionários, pode-se perceber que, de um modo geral, os recursos financeiros, conseguidos junto à USP ou com as agências de

fomento, não são suficientes para financiar as viagens de alunos e professores para fins de participação em eventos científicos, visitas às universidades estrangeiras e realização de eventos que incentivem a internacionalização nas Unidades.

Entretanto, apreende-se também que atualmente, ao contrário do que ocorria no passado, tanto a USP como as agências de fomento, além de algumas instituições, tem incentivado alunos e professores, por meio de bolsas e auxílios, a participar de programas internacionais.

7.5. Dificuldades encontradas pelas Unidades no processo de internacionalização

O questionário aplicado também buscou levantar os problemas enfrentados pelas Unidades. Estes problemas foram relatados em todas as questões anteriores, e estão relacionados, sobretudo, com a questão da falta de capacitação em outros idiomas de seus funcionários e a carência de uma infra-estrutura de funcionários que trabalhem especificamente com processos de internacionalização.

Conforme citado anteriormente, em virtude de que o quadro atual não possui funcionários da área acadêmica com fluência suficiente para realizar atividades que exijam conhecimento em outros idiomas, são os professores ou a CCInt que os auxiliam, quando não profissionais de tradução. A ausência de funcionários qualificados para essas atividades, contribui para tornar o processo ainda mais moroso e constitui um dos maiores entraves para seu desenvolvimento.

As Unidades citam também a necessidade de capacitação dos docentes, fundamental para que a internacionalização evolua. Sua participação em visitas às universidades estrangeiras e apresentação de artigos em eventos técnico-científicos no exterior podem propiciar o avanço para a melhoria da atuação da Universidade no exterior. Os

docentes também atuam de maneira importante na recepção de alunos e professores estrangeiros, na atualização da grade curricular, para o possível oferecimento de disciplinas em inglês (tanto para alunos brasileiros como para alunos estrangeiros).

A falta da fluência em inglês e em espanhol pelos funcionários pode ser considerado uma das grandes dificuldades para o processo de internacionalização, pois também ocasionam a não disponibilidade de informações em outros idiomas nas páginas eletrônicas das Unidades, uma vez que são os próprios funcionários que as atualizam. Conseqüentemente, as páginas não satisfazem as dúvidas, esclarecimentos e curiosidades dos estrangeiros interessados em participar de intercâmbios e mesmo das universidades estrangeiras em firmar convênios conosco. Isso contribui para a demora no processo e ocasiona mais trabalho aos funcionários envolvidos, por terem que dirimir dúvidas e fornecer informações que estariam facilmente acessíveis se constassem nos meios eletrônicos de pesquisa.

Uma outra dificuldade encontrada pelas Unidades, conforme visto em questão anteriormente analisada, trata do apoio financeiro de instituições e de patrocinadores para os projetos de pesquisa com a participação de alunos e professores de universidades estrangeiras. Atualmente, no geral, os recursos financeiros são escassos para todos: Estado, universidades, instituições e patrocinadores. Entretanto, analisa-se que a Universidade pode se valer do fato de ser bem conceituada junto à sociedade e no mundo, para a obtenção de novos recursos. Os sujeitos atuantes no processo de internacionalização, sobretudo os professores, poderiam buscar através de outras fontes, tais como a iniciativa privada, para conseguir apoio financeiro, assim como estimular a formalização de convênios e realização de intercâmbios.

Apesar de ser um dos grandes problemas para o desenvolvimento do processo de internacionalização, a morosidade nos procedimentos burocráticos para a formalização dos convênios, não existe somente na USP. Pelos depoimentos coletados, em alguns casos, sabe-

se que a Reitoria da USP demora a sugerir alterações nos convênios propostos por universidades estrangeiras ou mesmo para a assinatura de um convênio. Também é patente que as Unidades e mesmo a CCInt sofrem com o quadro reduzido de funcionários, que precisam se desdobrar para atender a demanda dos processos de internacionalização. Entretanto, também há relatos que demonstram que a Universidade não é a única a sofrer com a lentidão nos processos burocráticos - a experiência mostra que as universidades estrangeiras também têm dificuldades para avaliar o formato dos convênios e até para uma simples assinatura.

7.6. Melhores práticas realizadas dentro e fora das Unidades para evoluir no processo de internacionalização

Conforme levantado na coleta de dados, uma das boas práticas tomada pelos dirigentes das Unidades foi a criação da Comissão de Relações Internacionais nas Unidades, com a finalidade de estimular e organizar as diversas atividades de internacionalização em suas Unidades. O Grupo Assessor de Convênios foi criado recentemente pela Reitoria, com o objetivo de avaliar mais rapidamente os convênios.

Uma das maneiras encontradas para agilizar a formalização de convênios é o contato prévio dos docentes e pós-graduandos com pesquisadores no exterior, por ocasião de suas viagens ou participação em eventos científicos. Dessa forma, há a possibilidade de os convênios já serem assinados pela universidade estrangeira e, posteriormente, aprovado pelos órgãos competentes da USP.

Deste modo, considerando a opinião da maioria das Unidades, de que o processo de internacionalização, referente à formalização de convênios, é lento, as Comissões Acadêmicas e Diretoria das Unidades podem agilizar a tramitação dos processos, analisando

os pedidos de alteração a serem encaminhados prioritariamente, na tentativa de torná-los mais ágeis possível.

Outra prática útil ao desenvolvimento do processo de internacionalização, citada pelos entrevistados, refere-se ao oferecimento de disciplinas em outros idiomas. A eficiência de tal prática se comprova ao perceber que, quando há oferta de alguns tópicos de uma disciplina em inglês, por exemplo, os alunos se sentem motivados, assim como os estrangeiros. Ainda que seja informalmente, esse tipo de oferecimento atrai os alunos e contribui para despertar o interesse pelos intercâmbios e participação em eventos internacionais.

A divulgação efetiva de trabalhos desenvolvidos também é uma prática positiva para a internacionalização. Auxilia na aplicação dessa prática, o fato de os dirigentes estarem, a todo momento, pressionando seus alunos e professores a desenvolverem pesquisas de alto nível e, assim, elevarem o número de trabalhos publicados em revistas e periódicos internacionais. A divulgação das pesquisas desenvolvidas podem ser feitas por meio das páginas eletrônicas e em murais, como também disponibilizadas nas bibliotecas.

Pode-se salientar, ainda, que em algumas Unidades, a busca de recursos nas agências de fomento, na CCInt ou ainda na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, tem se tornado uma prática constante, e positiva para o desenvolvimento da internacionalização. Um dos assistentes acadêmicos citou, inclusive, que atualmente o procedimento está bem mais fácil, com informações disponíveis nas páginas eletrônicas, muito diferente do que ocorria há anos atrás, em que o interessado não sabia os procedimentos e o prazo para solicitação.

As Unidades divulgam incessantemente a oferta de vagas e bolsas, por *e-mail* e incentivam a participação dos alunos, por meio de palestras, cartazes e orientações. Apesar de essa também ser uma das práticas que possibilitam o aprimoramento do processo, ainda assim, a participação dos alunos em intercâmbios não atinge o esperado pelas Unidades,

talvez pelo fato dos alunos preferirem continuar seus cursos, sem interrupções, ainda que o aprendizado, vivência de culturas diferentes e que as atividades realizadas no exterior possam constar do seu currículo.

Nas entrevistas foram citadas algumas Unidades que praticam ações de internacionalização há alguns anos, como é o caso da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e da Escola Politécnica. Nessas Unidades, por terem uma política de internacionalização intrínseca nos seus processos, e isso ser uma das práticas que também contribuem para o aumento do intercâmbio, percebe-se uma maior possibilidade dos alunos participarem de intercâmbios por meio de seus convênios. Ressalte-se também que nessas Unidades, as páginas eletrônicas são atualizadas com fotos e depoimentos dos alunos participantes, os professores costumam visitar universidades estrangeiras, realizar diversas pesquisas e participam de eventos científicos no exterior com frequência.

7.7. Planejamento das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização

Os depoimentos coletados delatam que o planejamento no que concerne ao processo de internacionalização nas Unidades analisadas ainda está muito aquém do necessário. Percebe-se, por exemplo, que, insuficientemente, mesmo as Unidades que colocaram o assunto em pauta, conseguiram apenas incluí-lo no Plano de Metas da Unidade ou teorizar sobre como seria esse planejamento. Porém, sabe-se que um planejamento, sem ações concretas, não consegue alcançar suas metas, torna-se obsoleto quando não esquecido.

A primeira ação que deveria constar nesse planejamento, e que foi muito citada pelas Unidades, seria a criação da Comissão de Relações Internacionais e, em sua composição, membros comprometidos com a internacionalização da Unidade.

Outro ponto levantado e que deveria constar no planejamento, e como uma questão de curto prazo, é a atualização das páginas eletrônicas das Unidades. O assunto foi alvo de discussão e algumas alterações foram propostas. Porém, poucas ações foram realizadas para que esses *websites* fossem atualizados no que diz respeito às informações básicas dos cursos e na melhoria da página, ou mesmo sobre a criação de uma página referente à área de internacionalização.

7.8. Sugestões das Unidades para o aprimoramento do processo de internacionalização da USP como um todo

Ao serem questionados sobre suas sugestões para o processo em pauta, os entrevistados se ativeram, mais uma vez, nos pontos levantados em todas as questões colocadas. Dentre as principais sugestões das Unidades para melhorar a internacionalização da USP, está a capacitação de funcionários e docentes. Os entrevistados analisam a relação custo-benefício positiva quanto à contratação de um funcionário de nível superior para cada Unidade. Essa sugestão advém da percepção de que os processos se tornariam mais ágeis e a procura de alunos e professores pela Universidade poderia ser maior. Já com a capacitação do docente em outras línguas, o oferecimento de disciplinas em inglês poderia ser mais freqüente, e os alunos seriam incentivados a participar de atividades de internacionalização.

Por sua vez, os estrangeiros, em sua maioria, também têm necessidade de aprender mais sobre a língua portuguesa e com um curso oferecido especialmente para atender às suas dúvidas, estes poderiam ser mais bem acolhidos. Ainda sobre a presença de estrangeiros, a USP deveria oferecer-lhes melhor infra-estrutura: logística, moradia, alimentação, apresentação da Unidade e do *Campus* em que desenvolverá suas atividades, acompanhamento personalizado por parte dos funcionários e professores.

Outra sugestão seria a realização de novos convênios para todas as áreas da USP, com número de vagas específicas por área, evitando assim que cada faculdade tivesse que elaborar seu convênio específico e eliminaria boa parte da burocracia na formalização dos convênios. Um outro ponto positivo dessa mudança é que os critérios de seleção beneficiariam os estudantes de cada Unidade, divididos por área. Atualmente o aluno interessado em participar de seleção de bolsas/vagas de convênios internacionais, não tem muita chance de ser selecionado, pelo fato dos critérios não serem estabelecidos de acordo com a realidade de cada unidade.

A delegação de competência para que os diretores de Unidades pudessem estar autorizados a formalizar convênios específicos também configuraria em um grande avanço. A centralização da formalização de todos os convênios, mesmo os específicos, contribuem para diminuição da morosidade do processo, sendo que nos casos em que os convênios seguem o formato padrão, não haveria necessidade de aguardar dois meses ou mais para que o convênio estivesse totalmente formalizado.

O registro das atividades da USP poderia da mesma forma ser um instrumento de apoio para avaliar os indicadores de internacionalização, tais como: evolução do número de publicações ao ano e se estão sendo bem avaliadas no âmbito internacional, número de convênios firmados por ano, número de intercâmbios realizados anualmente; recursos financeiros que apoiaram ações de internacionalização, número de professores visitantes, entre outros.

O fato das páginas eletrônicas não estarem com informações na língua inglesa e espanhola deveria receber atenção da Reitoria, já que, segundo depoimentos, o próprio Pró-Reitor de Pós-Graduação havia solicitado anteriormente. Tendo em vista que a página principal da USP foi recentemente traduzida para o inglês, espanhol e francês, agora as

Unidades podem se espelhar na página da Universidade. Entretanto, cabe ressaltar que a página da CCInt está traduzida apenas na versão em inglês.

7.9. Avaliação que as Unidades mereceriam no aspecto internacionalização, segundo a percepção dos entrevistados

Ao avaliarem o processo de internacionalização em cada Unidade, tendo em vista os esforços empreendidos para melhorar, a maioria dos entrevistados entende que as iniciativas são boas, mas que há muito a se fazer.

Com a criação da Comissão de Relações Internacionais nas Unidades, a expectativa é que haja maior empenho para melhorar as atividades de internacionalização, como já tem acontecido em algumas Unidades. Tanto a Comissão, quando existente na Unidade, como os diretores, precisam articular seus docentes para firmar convênios com universidades estrangeiras e a partir da formalização, realizar intercâmbios, visitas e pesquisas em conjunto. Essas atividades, realizadas por alunos e professores, devem ser divulgadas na página eletrônica das Unidades e nos murais, inclusive com depoimentos e fotos.

Os entrevistados, em sua maioria, relatam que as iniciativas de internacionalização são esporádicas e, como dito em uma das entrevistas, toda iniciativa é bem vinda e os envolvidos no processo fazem o possível para concluí-la - convênios, eventos, intercâmbios. Entretanto, percebe-se que para que um processo tenha uma continuidade, é preciso que as atividades sejam planejadas. Por exemplo, pelas entrevistas, compreende-se quão importante é a divulgação, na página da Comissão de Relações Internacionais da Faculdade, de algumas informações importantes:

- composição da Comissão, forma de contato com os professores e com o funcionário que é responsável pela área de internacionalização da Unidade;

- convênios firmados e em andamento, com as informações básicas sobre eles, fotos e link da universidade estrangeira;
- fotos e depoimentos a respeito das experiências vividas no exterior e a importância para o crescimento pessoal e profissional, por alunos que realizaram o intercâmbio, que divulgariam essas informações através de autorização da área;
- resumo de artigos apresentados por docentes em eventos científicos no exterior, informações básicas quanto à sua participação no evento (nome, período de realização, se houve financiamento e link do evento) e fotos;
- divulgação de visitas em universidades estrangeiras realizadas por docentes, constando o objetivo da mesma, período, se houve financiamento, se realizaram pesquisas e fotos.

Os entrevistados avaliam que, a partir do momento que o diretor da Unidade tornar o planejamento e execução das atividades de internacionalização uma prioridade, acredita-se que docentes, alunos e funcionários participariam do processo com maior empenho e, conseqüentemente, a política de internacionalização faria parte da vida desta comunidade.

CAPÍTULO 8

CONCLUSÕES

8. CONCLUSÕES

A afirmação de que os processos de internacionalização são importantes nas diversas esferas da USP não é novidade. Através da pesquisa realizada, percebe-se que todos acreditam na relevância da internacionalização da Universidade e suas demandas - convênios firmados com universidades estrangeiras e na geração de pesquisas com alto nível de qualidade; crescente procura pelos intercâmbios, por meio dos convênios firmados; participação de alunos e professores em eventos científicos no exterior; vinda de alunos e docentes estrangeiros; maior divulgação das atividades de internacionalização nas páginas eletrônicas das Unidades; visita dos professores às universidades estrangeiras para fins de pesquisa. O processo de internacionalização abarca diversas formas de permuta de informações, através de convênios, eventos, intercâmbios, entre outras. Muitas vezes os professores iniciam o contato com universidades estrangeiras em visitas ou eventos, e confirmam o interesse em firmar convênio com a USP. É encaminhado, portanto, o modelo do convênio padrão da USP. Entretanto, conforme contemplado pela pesquisa realizada, a universidade estrangeira pode não concordar com um das cláusulas do convênio e propõe alterações e o processo de formalização do convênio, que a princípio seria simples, passa a encontrar barreiras e, em alguns casos, o convênio não é firmado. Desse modo, o tempo médio para a formalização dos convênios varia de acordo com a estrutura organizacional e interesse de ambas instituições, assim como a legislação de ambos países pode interferir significativamente.

Outro ponto relevante encontrado como entrave para o processo refere-se à questão operacional. A maioria dos funcionários envolvida nos processos da internacionalização não trabalha exclusivamente com as questões de Relações Internacionais, tornando difícil que suas atividades sejam realizadas prontamente.

Também se esbarra no fato de esses funcionários não terem fluência em outros idiomas. Nos casos em que é necessária a tradução de convênios e documentos específicos, solicita-se ajuda aos coordenadores de convênios, contrata-se profissionais ou pede-se a colaboração à CCInt. Entretanto, com o atual quadro de funcionários que lidam com esses processos, em que a grande maioria não é fluente em outros idiomas, deve-se tomar o devido cuidado para que os documentos em outras línguas sejam traduzidos por profissionais altamente qualificados, refletindo diretamente na imagem da Universidade.

Atualmente a Reitoria da USP não tem autorizado a contratação de funcionários de nível superior para trabalhar na área de internacionalização das Unidades. E, com a verba de treinamento limitada, as Unidades não têm como capacitar seus funcionários na comunicação verbal e escrita em outras línguas – ao menos inglês e espanhol. Normalmente, os próprios funcionários pagam pelos seus cursos de línguas estrangeiras. Percebe-se, no entanto, que, caso o funcionário de nível técnico seja altamente qualificado e ainda tenha fluência em outros idiomas, o atual salário para este tipo de profissional não conseguirá mantê-lo por muito tempo na USP.

Se os maiores bens de uma empresa são seus recursos humanos, a USP falha ao não ter um quadro de profissionais qualificados para trabalhar especificamente na área de internacionalização, assaz importante para a Universidade, e por não possibilitar a contratação de um funcionário de nível superior por unidade, o que seria extremamente relevante. Este funcionário entraria em contato com as universidades estrangeiras com que a USP estivesse firmando convênio e esclareceria eventuais dúvidas, atualizaria a página eletrônica da sua Unidade, traduziria convênios nas línguas inglesa e espanhola e possíveis alterações, acompanharia a tramitação da formalização do convênio na sua Unidade, na Reitoria, bem como na universidade estrangeira, recepcionaria alunos e docentes estrangeiros, instruiria alunos quanto aos documentos para submissão de auxílios e bolsas, instruiria os alunos quanto

aos procedimentos para se candidatar às vagas em intercâmbios e a documentação que estes deveriam levar para apresentação nas universidades estrangeiras, assim como a documentação que os alunos deveriam apresentar na USP para fins de aproveitamento de disciplinas em seus currículos escolares.

Este profissional daria suporte à Comissão de Relações Internacionais da Unidade, no que diz respeito à organização de eventos e cursos de línguas, principalmente de inglês e espanhol, para alunos, professores e funcionários e cursos de português, especialmente elaborados para a instrução de estrangeiros.

O profissional da área de internacionalização da Unidade, juntamente com a Seção de Informática, poderia aprimorar a página eletrônica, com o objetivo de torná-la um verdadeiro portal de informações atualizadas, em inglês e em espanhol, de disciplinas e cursos oferecidos pela Unidade, infra-estrutura para estrangeiros, convênios firmados e em andamento, fotos e *links* das universidades estrangeiras, histórico, apresentação e fotos da Unidade e de seus professores e funcionários, *links* para *websites* que mostrem aos estrangeiros o mapa do *Campus*, da cidade, itinerário de ônibus, opções de lazer e passeios turísticos da região, principais jornais da cidade e do país.

A página eletrônica poderia ser, ainda, um instrumento para divulgação das atividades de internacionalização da Unidade: principais eventos de internacionalização realizados, participação de alunos e professores em eventos no exterior e em universidades estrangeiras. Estas informações deveriam ser apresentadas resumidamente e com ilustração de fotos na página eletrônica.

Além da estruturação organizacional, os recursos financeiros constituem outro ponto relevante no que concerne à internacionalização da Universidade. Apesar de escassos, não só no Brasil, como em todo o mundo, foi obtida a informação de que a USP e as agências de fomento disponibilizam, sim, alguns programas de auxílio aos alunos e professores para

suas participações no exterior. Entretanto, os valores são insuficientes, em sua maioria, para custear essas atividades. Além disso, poucos alunos e professores se candidatam aos auxílios e programas existentes. Frequentemente, docentes e alunos reclamam que não têm ciência dos programas de auxílios existentes na Universidade.

Sugere-se, assim, que a USP investisse na divulgação dos programas e auxílios existentes, bem como nos eventos realizados na Universidade e chamadas em sua página eletrônica. A Reitoria informou que busca auxiliar alunos e docentes, no máximo de sua capacidade orçamentária, tendo em vista suas participações no exterior, porém seria importante que recorressem às agências de fomento.

Os recursos financeiros também são insuficientes para financiamento de projetos de pesquisas, com a participação de alunos e professores de universidades estrangeiras. No caso da USP, como nos demais órgãos públicos, os recursos financeiros são comumente escassos. Entretanto, é preciso cautela quanto aos recursos financeiros e patrocínios de instituições externas a serem empregados na Universidade, para que a atual legislação não seja infringida.

Seria desejável que fossem oferecidas bolsas e auxílios em abundância, tanto para alunos e professores estrangeiros, como para os alunos da universidade, docentes e até mesmo funcionários para a realização de visitas às universidades estrangeiras. Esse contato com a realidade de outras instituições de ensino traria diversos benefícios para universidade, não somente no âmbito acadêmico, mas também pela riqueza de informações que podem ser trocadas, as experiências pessoais, bem como a permuta de experiência, que poderia trazer novas perspectivas também aos processos administrativos e de internacionalização.

Dentre as possíveis sugestões, estão a confecção e aplicação de um planejamento quanto as atividades de internacionalização, objetivos e metas, através de análise e iniciativa dos dirigentes da USP. O reconhecimento das atividades de internacionalização deveria estar

previsto no Estatuto e no Regimento Geral da USP, como por exemplo, na figura do aluno estrangeiro. O aluno estrangeiro não deveria ser cadastrado nos sistemas de graduação e de pós-graduação apenas como aluno especial, como atualmente ocorre, uma vez que, normalmente, os alunos especiais costumam cursar disciplinas isoladas, e o aluno estrangeiro, por sua vez, vive na USP durante a sua temporada, e poderia cursar disciplinas, atuar nos projetos de pesquisa e ainda participar de estágios.

Posteriormente deveria ser elaborado um sistema para atualização e controle de dados, tais como: artigos publicados em eventos internacionais, visitas realizadas nas universidades estrangeiras, informações dos estrangeiros que nos visitaram, intercâmbios realizados por meio dos convênios firmados e convênios em andamento, bolsas e auxílios concedidos aos alunos e docentes, provenientes da própria USP, de agências de fomento ou de instituições externas. A Comissão de Relações Internacionais da Unidade e o diretor deveriam fazer um acompanhamento mensal desses dados e, a partir da análise de possíveis problemas, propor medidas para melhorar a atual situação de sua Unidade quanto ao processo de internacionalização.

A troca de informações com outras Unidades também é muito válida para o aperfeiçoamento dos processos. Percebeu-se através da pesquisa, que essa é uma prática que já ocorre entre seus funcionários. Para o aperfeiçoamento desta, uma alternativa seria a realização de eventos regulares para que as Unidades pesquisassem os processos de internacionalização umas das outras e praticassem um *benchmarking* nessa área. Este planejamento poderia abranger a estratégia da USP e de suas Unidades, por exemplo, para formalizar convênios com as principais universidades do mundo e as metas de convênios firmados e intercâmbios realizados ao ano.

Um dos fatores mais importantes deste planejamento, conforme anteriormente demonstrado, seria a contratação de um funcionário de nível superior para cada Unidade, pelo

fato de que a internacionalização de cada Unidade deveria ser estruturada com um profissional altamente qualificado nas línguas inglesa e espanhola e que estaria preparado para desempenhar as atividades de internacionalização, inclusive com maior agilidade, do que um funcionário de nível técnico.

A existência de uma Comissão de Relações Internacionais atuante em cada Unidade é fundamental, para fins de acompanhamento dos processos, realização de eventos e atividades que possam fortalecer a política de internacionalização da Unidade.

O trâmite dos processos de formalização de convênios, no âmbito das Unidades, pode ser agilizado pela Área Acadêmica e pela Diretoria. Na Reitoria, foi criado o Grupo Assessor de Convênios para colaborar com a otimização dos processos. Os docentes envolvidos nos convênios a serem formalizados, ainda com o intuito de contribuir com a agilidade dos processos, poderiam auxiliar no contato com as universidades estrangeiras, com as quais, normalmente, mantêm relações estreitas.

Com vistas nas propostas lançadas na presente pesquisa, bem como na análise dos dados obtidos, conclui-se que o processo de internacionalização das Unidades do *Campus* de Ribeirão Preto está em plena expansão. As questões levantadas apontam que, para que haja evolução neste processo, a Universidade de São Paulo, num esforço conjunto de todos os pares da comunidade, deveria rever os seus procedimentos e, sobretudo, seus recursos orçamentários destinados para essa finalidade. De qualquer forma, a questão ainda oferece outros parâmetros de análise, visto que adentra em aspectos particulares do cotidiano de cada Unidade, cuja compreensão deve, impreterivelmente, recorrer às reflexões e estudos, com o intuito único e soberano de inserir a Universidade no cenário acadêmico internacional e que seus resultados sejam convertidos, sobretudo, em benefícios para a sociedade brasileira.

CAPÍTULO 9

BIBLIOGRAFIA

9. BIBLIOGRAFIA

BARLETT, Cristopher A.; GHOSHAL, S. **Gerenciando empresas no exterior – a solução transnacional**. Tradução Maria Cláudia Santos R. Ratto; revisão técnica Carlos Osmar Bertero. São Paulo: Makron Books, 1992.

BARTELL, Marvin. **Internationalization of universities: A university culture-based framework**. In: Higher Education, nº 45, 2003.

BRYMAN, A. **Quantity and Quality in Social Research**. London: Unwin Hyman. 1988

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAMERON, K.S. **Organizational Adaptation and Higher Education**. In: Journal of Higher Education. Vol. 55 (2), 122-144, 1984.

Disponível no site (Junho/2007):

<[http://www.jstor.org/sici?sici=0022-1546\(198403%2F04\)55%3A2%3C122%3AOAAHE%3E2.0.CO%3B2-J&cookieSet=1](http://www.jstor.org/sici?sici=0022-1546(198403%2F04)55%3A2%3C122%3AOAAHE%3E2.0.CO%3B2-J&cookieSet=1)>

ELLINGBOE, B.J. **Divisional Strategies to Internationalize a Campus Portrait: Results, Resistance and Recommendations from a Case Study at a U.S. University**. In: Mestenhauser, J.A. and Ellingboe, B.J. (eds.) **Reforming the Higher Education Curriculum: Internationalizing the Campus**. Phoenix, AZ: American Council on Education and Oryx Press, pp. 198-228.

FRANCIS, A. **Facing the future: The internationalization of post secondary institutions in British Columbia**. Vancouver, Canadá: British Columbia Centre for International Education. 1993.

Disponível no site (Junho/2007):

<<http://www.bccie.bc.ca/bccie/Public/Internationalization.pdf>>

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1987.

KAWASAKI, C.S. **Universidades Brasileiras e a Globalização**. In: Congresso Nacional de Educação, 1996.

LEASK, Betty. **The State of the Art in Internationalizing the Curriculum International Perspectives**. In **International Education: the Professional Edge**, IDP Education Australia, 1999.

LEITÃO, B. J. M. **Avaliação Qualitativa e Quantitativa numa Biblioteca Universitária: Grupos de Foco**. Niterói, Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

LIDDICOAT, Anthony. **Internationalization as education**. The intercultural in teaching and learning at the University of South Australia, 2004.

Disponível em

<<http://www.unisanet.unisa.edu.au/learningconnection/staff/practice/internationalisation/documents/FINAL_REPORT.pdf> Acesso em Junho/2007

MARZIALE, Maria Helena Palucci. **The internationalization of scientific production: a great challenge for Brazilian nursing**. Ribeirão Preto: Rev. Latino-Am. Enfermagem, v. 12, n. 5, 2004. Available from:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000500001&lng=en&nrm=iso>. Access on: 19 Sep 2006. doi: 10.1590/S0104-11692004000500001.

MIURA, Irene K. **O Processo de Internacionalização da Universidade de São Paulo: Um Estudo de Três Áreas de Conhecimento**. Tese de Livre-Docência, FEARP/USP, Ribeirão Preto, 2006.

MOTOYAMA, Shozo (org.); CAPOZZOLI, Ulisses ... [et al.] **Construindo o Futuro – 35 anos de Pós-Graduação da USP**. São Paulo: Editora Parma Ltda., 2004. 228 p.

O Globo on-line. “**Das 200 melhores universidades do ranking mundial, 84 são americanas e britânicas**”, de 06/10/2006. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/educacao/arquivos/melhoresuniversidades.pdf>>. Acesso em Junho/2007.

REICHERT, Sybille, WÄCHTER, Bernd. **The Globalisation of Education and Training: Recommendations for a Coherent Response of the European Union**. Study commissioned by the Directorate-General for education and Culture, European Commission, 2000.

Disponível em: <<http://ec.europa.eu/education/programmes/eu-usa/global.pdf>> Acesso em Junho/2007

SCOTT, P. (Ed.) **The Globalization of Higher Education**. Society for Research into Higher Education and Open University Press, 1998.

TANURE, Betania, DUARTE, Roberto Gonzalez (Orgs.). **Gestão Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

THUNE, Taran; WELLE-STRAND, Anne. **ICT for and in Internationalization Processes: A Business School Case Study**. Education Resources Information Center (ERIC). V. 50 n4 p593-611 Nov 2005. Springer. Web site: <http://www.springerlink.com>.

UNISA - University of South Australia. “Teaching and Learning Strategy 2006–8”. Disponível em:

<<http://www.unisanet.unisa.edu.au/learningconnection/staff/framework/default.asp>> Acesso em: Junho/2007.

VAN DER WENDE, Marijk. Missing links: the relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general. In: T. Källemark & M. Van der Wende (eds). **National Policies for the Internationalization of Higher Education in Europe**. Stockholm: National Agency for Higher Education, 1997.

YANG, Rui. Globalization and Higher Education Development: A Critical Analysis. In: International Review of Education, July, Vol. 49 Issue 3/4, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO – AVALIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DO CAMPUS RIBEIRÃO PRETO

PARTE A (PERGUNTAS ANTES DA ENTREVISTA)

1) IDENTIFICAÇÃO

1.1. Unidade:

1.2. Número total de funcionários:

1.3. Número total de docentes:

1.4. Número de alunos ativos de graduação:

1.5. Número de alunos ativos de pós-graduação:

2) Quantos convênios internacionais de sua Unidade estão ativos atualmente e quais são os países envolvidos? Esse número aumentou de 2004 a 2006?

2004:

2005:

2006:

3) Quantos intercâmbios (docentes e alunos) foram realizados por meio desses convênios firmados pela Unidade ou pela CCInt de 2004 a 2006?

2004:

2005:

2006:

4) Qual o número de bolsas-sanduíche concedidas por agências de fomento aos alunos de pós-graduação de sua Unidade de 2004 a 2006?

2004:

2005:

2006:

5) Foram concedidos outros tipos de bolsas no exterior por agências de fomento aos alunos de pós-graduação, docentes e pesquisadores estrangeiros de sua Unidades de 2004 a 2006? Especifique.

2004:

2005:

2006:

6) Qual o número de pesquisadores estrangeiros de 2004 a 2006?

2004:

2005:

2006:

7) Qual o número de professores colaboradores estrangeiros, previsto no artigo 86* do Estatuto da USP, nos últimos três anos?

2004:

2005:

2006:

8) Qual o número de professores visitantes estrangeiros, previsto no artigo 87** do Estatuto da USP, nos últimos três anos?

2004:

2005:

2006:

9) Na sua Unidade ou por meio de financiamento da Reitoria são destinados recursos financeiros para atividades de internacionalização?

9.1. Financiamento de viagens de professores e alunos para participação em eventos científicos no exterior:

() sim () não

9.2. Treinamento de funcionários para as línguas inglesa e espanhola:

() sim () não

9.3. Outras atividades. Descreva:

NOTA:

* **Artigo 86** - A Universidade poderá, em caráter excepcional, contratar, por prazo determinado, Professor Colaborador, especialista de reconhecidos méritos, portador ou não de titulação universitária.

** **Artigo 87** - Professores de outras Instituições de Ensino Superior, portadores, no mínimo, do título de Doutor ou equivalente, poderão ser admitidos na USP como Professores Visitantes.

PARTE B (PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA COM REGISTRO PERMITIDO)

10) Em geral, a partir da aprovação do convênio, quanto tempo leva para cumprir todas as etapas da sua formalização?

11) A página eletrônica de sua Unidade, *folders* e cartazes possuem informações básicas dos cursos oferecidos pela Unidade nas línguas inglesa e espanhola?

12) Há informações sobre os convênios firmados pela Unidade em sua página eletrônica?

13) Considerando os funcionários da área acadêmica, quantos estão capacitados para se comunicar com estrangeiros em outros idiomas? Dentre os quais, descreva os idiomas que eles têm conhecimento e o nível de fluência?

14) Em sua percepção, os recursos descritos na 9ª pergunta são suficientes para que o processo de internacionalização evolua na sua Unidade? Justifique.

15) Em sua percepção, quais as dificuldades encontradas pela sua Unidade para evoluir no processo de internacionalização?

16) Em sua percepção, quais as melhores práticas realizadas dentro e fora de sua Unidade para evoluir no processo de internacionalização?

17) Há um planejamento de sua Unidade para melhorar a internacionalização?

18) Quais seriam suas sugestões para melhorar a internacionalização da USP como um todo?

19) Em sua percepção, qual a nota (escala de zero a dez) que a sua Unidade mereceria no aspecto internacionalização? Justifique.

ANEXO 2

MODELO DE PORTARIA PARA CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS UNIDADES, DISPONÍVEL NO SITE DA CCInt, EM ABRIL/2008.

Portaria do Diretor .../USP nº 00, de __/__/__

A Diretoria da da Universidade de São Paulo tendo em vista:

- A necessidade de fortalecer as relações internacionais com centros de referências;
- Promover e divulgar a produção desta unidade no exterior;
- Fortalecer a posição da Unidade como centro nacional e internacional de referência;
- Estimular o intercâmbio internacional de docentes e discentes de graduação e pós-graduação;

no exercício de suas atribuições legais cria a Comissão de Relações Internacionais a seguir referida como CRInt-... nos termos que seguem.

Artigo 1º - A CRInt/... será composta por até **n** membros docentes indicados pela Diretoria e um apoio acadêmico exercido por técnico acadêmico habilitado.

Parágrafo 1º. O técnico acadêmico a que se refere o *caput* deste artigo será indicado pela Diretoria, ouvida a Assistência Acadêmica.

Artigo 2º - A CRInt/... terá como atribuições:

- I. Desenvolver e implementar as políticas de cooperação internacional no âmbito da Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão em articulação com as Comissões Acadêmicas e os Departamentos.
- II. Assessorar a Diretoria em assuntos referentes à Cooperação Internacional.
- III. Organizar e acompanhar com as Comissões Acadêmicas e os Departamentos os Convênios de Cooperação Internacional.

- IV. Apreciar, em primeira instância, as minutas de convênios e protocolos de cooperação internacional, autuando-os e remetendo-os para aprovação do CTA ou da Congregação.
- V. Elaborar e aprimorar minutas de convênio de modo a adequá-las às políticas de Cooperação Internacional da Unidade.
- VI. Organizar o material de divulgação das atividades desenvolvidas para divulgação para as instituições de ensino no exterior.
- VII. Aprovar o processo de seleção e os requisitos necessários à participação de discentes da Unidade em intercâmbios internacionais.
- VIII. Definir, em articulação com as Comissões de Graduação e Pós-Graduação, regras para a aceitação de alunos estrangeiros nos cursos e programas da Unidade.
- IX. Manter articulação com a Comissão de Cooperação Internacional da USP, apoiando e colaborando com as políticas institucionais delineadas.

Artigo 3º - O apoio acadêmico da CRInt/.... terá como atribuições:

- I. Assessorar a Comissão em todas as suas atividades
- II. Organizar e divulgar em página eletrônica própria as informações sobre convênios, acordos e bolsas da Unidade e das entidades conveniadas.
- III. Realizar todas as atividades administrativas ligadas aos docentes e discentes recebidos pela Unidade, incluindo o recebimento de documentação para inscrição nos cursos e programas da Unidade, o preenchimento de formulários de matrícula, a solicitação de documentos universitários e o encaminhamento de requerimentos e recursos relativos à vida acadêmica dos visitantes.
- IV. Assessorar os discentes e docentes da unidade interessados na participação em cursos e programas de entidade conveniada, prestando-lhes informação sobre documentos e contatos.
- V. Organizar e encaminhar aos órgãos de relações externas das entidades conveniadas os documentos necessários para participação de discentes da Unidade em seus programas e cursos.
- VI. Manter contato contínuo com as entidades conveniadas levantando o número anual de vagas para intercâmbio de docentes e discentes da graduação e pós-graduação.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.